

**AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DO CASO DE RUI
OSVALDO AGUIAR PFÜTZENREUTER**

COMISSÃO DA VERDADE

**PRESIDENTE
DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**

16/07/2013

COMISSÃO DA VERDADE**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****16/07/2013**

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. 56ª Audiência Pública, 16 de julho de 2013. Está instalada a 56ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 16 de julho de 2013, na Assembleia Legislativa, no auditório Dom Pedro I, para oitiva de depoimentos sobre o caso Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter. Nós vamos fazer a leitura do testemunhal e, depois, nós vamos passar para a composição da Mesa e os depoimentos.

Então, o Koba vai fazer a leitura do testemunhal do Rui Pfützenreuter.

O SR. RICARDO KOBAYASHI – Bom dia a todos e todas.

Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter, morto em 14 de abril de 1972. Data de nascimento, 3 de novembro de 1942; local de nascimento, Orleans, Santa Catarina, Brasil. Organização Política: Partido Operário Revolucionário Trotskista – PORT.

Dados biográficos. Foi aluno do grupo escolar Costa Carneiro em sua cidade natal, e concluiu o curso ginásial no Colégio São Ludgero, em Tubarão, Santa Catarina. O científico, atual ensino médio, foi cursado em Blumenau, Santa Catarina; mudou-se para Porto Alegre, onde se formou em Jornalismo e Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em dezembro de 1964, escrevia para vários jornais, organizava grupos de estudo e debates, e dava palestras sobre a situação nacional e os caminhos da revolução brasileira. Em 1964, foi preso pelo Exército, em Porto Alegre; mudou-se para São Paulo, com o objetivo de organizar o PORT. Sendo um dos seus principais dirigentes, trabalhou em diversas empresas metalúrgicas, dentre elas a MWM e Chiaroni.

Dados sobre sua prisão e morte. Preso por agentes do DOI-CODI de São Paulo, em 14 de abril de 1972, foi morto, sob torturas, nas dependências desse órgão, no dia seguinte.

A seguir, trechos da carta do seu pai ao presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, datada de 16 de maio de 1972, em que descreve a angústia de sua busca:

‘Há dias, fui avisado de sua prisão, pela polícia política, em circunstâncias nebulosas, pois nunca mais foi visto; estando, pois, desaparecido desde que foi detido, em São Paulo. Dirigi-me à ‘Operação Bandeirantes’ e ao DOPS, no dia 7 do corrente, onde me informaram: ‘Nada consta’.

Me dirigi, novamente, ao DOPS no dia 11, onde, uma vez mais, recebi uma resposta negativa; e, dali, fui à OBAN – DOI-CODI de São Paulo, onde, indignado e angustiado, faço um pedido dramático e em alta voz que me dessem notícias de meu filho; que, ao menos, reconhecessem sua prisão e que me dissessem quando poderia estar com ele.

Nada quebrou a frieza dos funcionários – nenhum deles; e todos sabiam da “via crucis” em que havia se transformado minha vida; nenhum deles se dignou a dizer uma orientação para localizá-lo; nada.

Nenhum disse o que todos sabiam – e que temiam, e temem, que seja público. Deste órgão (OBAN) me dirigi, numa última tentativa, ao Instituto Médico Legal, onde, simplesmente, me informaram que Ruy deu entrada (em linguagem clara, morto) no dia 15; e, no mesmo dia, foi enterrado no Cemitério de Perus.

À minha pergunta, responderam simplesmente: ‘Vá ao DOPS’. Para obter a autorização para retirar a certidão de óbito, e a autorização para transportar o corpo para sua terra natal, um funcionário de nome Jair Romeu me deu um papel com o nome do delegado Tácito, do DOPS. No DOPS, o delegado Tácito me disse desconhecer o caso; e que voltasse na próxima segunda-feira, dia 15. Na data indicada, fui ao DOPS; o Dr. Tácito encaminhou-me ao Dr. Bueno, que me encontrou, entre vários papéis, a certidão de óbito e uma fotografia de meio corpo, de meu filho depois de morto. Nesta foto aparecem duas nítidas manchas escuras.

Na certidão de óbito consta como causa da morte anemia aguda traumática; atestado assinado pelo médico Isaac Abramovitch. O que me causa muita estranheza, senhor presidente, é o fato de que o atestado não explica o motivo que causou a anemia. A isto, se juntam os detalhes – manchas escuras, que aparecem na foto. Eu pergunto: que tipo de tratamento teve meu filho, antes de morrer; ou, o que é o mesmo: o que causou

concretamente sua morte? Segundo estou informado, de maneira limitada, a imprensa denuncia maus tratos a presos políticos; tenho sérias dúvidas se meu filho não foi torturado antes de morrer, ou se não foi morto, exatamente, em consequência delas...

Tenho um passado limpo de serviços prestados à nação; e a consciência limpa, para exigir o castigo para os assassinos. E, se tomo a iniciativa de denunciar e usar todos os canais para castigar os responsáveis, e conseguir dar a meu filho um enterro digno, em sua terra natal, é para que, amanhã, outros pais não tenham que, amargurados e silenciosamente, enterrar seus filhos.

Como se fosse possível enterrar, junto a seus corpos, suas ideias, suas lembranças e a força renovadora de sua juventude. Uma grande lição a vida me ensinou – e, meu filho, mais do que ninguém – a lição da solidariedade humana.

Em seguida, foi exigido que assinássemos um documento, confirmando que teríamos um encontro com uma pessoa de nome Gustavo; e que nós poderíamos morrer. Como nos negássemos a assinar tal documento, como absurdo – pois ninguém, em sua consciência, assina sua própria sentença de morte – fomos torturados; e, no fim de um certo tempo, um torturador assinou o documento em meu nome, e ficamos, durante cinco meses, incomunicáveis”.

Tem um erro aqui, nesse memorial.

(Inaudível.)

O SR. RICARDO KOBAYASHI – Então, misturou; é, houve uma mistura, mesmo, aqui; sobrepos um ao outro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Continua lendo a carta.

O SR. RICARDO KOBAYASHI – “E, se tomo a iniciativa de denunciar e usar todos os canais para castigar os responsáveis, e conseguir dar ao meu filho um enterro digno, em sua terra natal, é para que, amanhã, outros pais não tenham que, amargurados e silenciosamente, enterrar seus filhos. Como se fosse possível enterrar, junto a seus corpos,

suas ideias, suas lembranças, e a força renovadora de sua juventude. Uma grande lição a vida me ensinou – e meu filho, mais do que ninguém – a lição da solidariedade humana”.

Uma versão dessa carta, em espanhol, foi encontrada nos arquivos do extinto DOPS de São Paulo. Cópias das cartas foram entregues aos líderes dos dois únicos partidos legais na época, Arena e MDB; e ao CDDPH; e aos organismos de direitos humanos da ONU e da OEA.

Ela foi lida, na tribuna da Câmara dos Deputados, pelo parlamentar do MDB gaúcho, Nadir Rosseti, em 12 de junho de 1972; sendo apoiado, com apartes de outros Parlamentares – como Lysâneas Maciel, Marcos Freire, Jota G. de Araújo Jorge, e Gerson Barreto.

Rui – que fora enterrado no Cemitério Dom Bosco, em Perus, como indigente – graças aos esforços de seu pai, acabou tendo seus restos mortais transladados para o jazigo da família, em Santa Catarina. Nessa ocasião, ainda sob o domínio da ditadura, a Câmara de Vereadores de Orleans, em corajosa atitude, votou a lei que deu o nome de Rui a uma praça daquela cidade.

Na mesma época, os formandos da primeira turma de comunicação social da Universidade Federal de Santa Catarina, o escolheram como patrono.

O relatório do Ministério da Marinha, entregue ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, afirma que Rui “Foi morto, em tiroteio com agentes de segurança, em 15 de abril de 1972”. O relatório do Ministério da Aeronáutica informa que “em 15 de abril de 1972, em São Paulo, ao receber voz de prisão, sacou de sua arma e atirou na equipe de segurança, sendo ferido; mesmo assim, conseguiu evadir-se aproveitando a escuridão; porém, caiu adiante, sendo conduzido ao hospital e falecendo no trajeto”.

O exame de necropsia foi realizado pelo IML de São Paulo, em 26 de abril de 1972, 11 dias após sua prisão, e a data oficial de sua morte. A solicitação de exame foi assinada por um “T”, de terrorista, termo utilizado para se referir aos perseguidos políticos. O laudo, de Isaac Abramovitch, não registra as escoriações e marcas de hematomas, que são visíveis na única foto do rosto de Rui, encontrada no arquivo do DOPS - São Paulo; mas descreve tiros, que não estavam visíveis.

“Nota-se ferimentos – semelhantes àqueles produzidos pela entrada de projeto de arma de fogo – na face anterior do terço médio do antebraço direito, que saiu na face

anterior, após fratura de dois ossos do antebraço, a este nível. Nota-se orifício de entrada na face lateral do hemitórax direito, na linha axilar posterior, na altura do 9º espaço intercostal; esse projétil, após transfixar o lobo interior do pulmão direito e o lobo superior do pulmão esquerdo, alojou-se no tecido celular subcutâneo da região mamária esquerda”.

Rui foi identificado, não se justificando o seu sepultamento como indigente; a ocultação de seu corpo, da família, teve o objetivo de impedir qualquer esclarecimento sobre sua morte.

O legista Antenor Chicarino, por ocasião de instrução dos processos disciplinares do Cremesp contra os legistas que assinaram laudos falsos de mortos e desaparecidos políticos, iniciados nos anos de 1990, afirmou que o laudo de necropsia de Rui é extremamente sucinto, e não descreve as várias lesões na face, mostradas na fotografia. Além disso, atestou, também, que a lesão descrita no exame interno, não é imediatamente mortal.

O Dr. Dolmevil afirmou que o laudo é de péssima qualidade técnica, omissivo e incompleto. Não detalhou as orlas e zonas dos orifícios de entrada dos projeteis; não descreveu suas trajetórias, e não fez referência à hemorragia externa. Além disso, asseverou que a hemorragia interna de 500 mililitros, não foi suficiente, para justificar a causa da morte, como anemia aguda traumática.

Em relação à fotografia, o laudo omitiu as lesões na face e equimose transversal, paralela à gola esquerda da camisa – produzidas por compressão do tipo estrangulamento. Declarações dos presos políticos Aybirê Ferreira de Sá e Almério Melquíades de Araújo, na Justiça Militar, denunciaram a morte, sob tortura, de Rui Pfützenreuter no DOI-CODI de São Paulo. A relatora do caso 144/96 na CEMDP, Suzana Keniger Lisbôa, votou pelo deferimento, sendo aprovado, por unanimidade, em 29 de fevereiro de 1996. Em sua homenagem, foi dado seu nome a ruas nas cidades de Criciúma e Florianópolis, em Santa Catarina; e no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos prosseguir. Vamos fazer a composição da Mesa. Queria convidar, para vir à Mesa, o Rogério, irmão do Rui. Queria, também, convidar a Regina Célia, irmã do Rui; por favor. O Rui, sobrinho. Queria convidar o Almério Melquíades; vem para a Mesa. O Barnabé está aí? Queria convidar o Barnabé, também. Barnabé fica lá, ao lado do Rui; não, o Barnabé fica aqui; e, o Cláudio,

fica ali. A Helena está aí? Helena, vem para a Mesa. Beto, você prefere ficar documentando; ou prefere ficar aí? Então, tá bom. Oscar, você poderia vir para a Mesa, por favor? Substitui essa cadeira; substituí. O Cláudio está aí? Não, o Cláudio está lá. Aí, a gente vai fazendo essa sequência de depoimentos.

Rogério; queria agradecer a toda família, que vocês vieram aqui. Dá um microfone sem fio, por favor. E queria que você pudesse iniciar já, imediatamente, seu depoimento.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Eu quero agradecer à Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, por dar esse espaço importante para o depoimento da família, e também de seus companheiros, em nome do Deputado Adriano Diogo. E consideramos isso um evento importantíssimo para resgatar a memória, e a consciência política, de Rui e seus companheiros.

Eu organizei a minha intervenção em três partes. A primeira para falar do aspecto da morte, da vida do Rui, principalmente como ele morreu, porque a gente já sabe. A segunda parte, a minha irmã pode participar mais, também; até o próprio Rui, que é sobrinho do Rui, falando de alguns aspectos da vida dele, da sua juventude, da vida com a família; e como ele se formou essa pessoa com visão pública e revolucionária. E a terceira parte, queria fazer um debate mais contundente, mais político, em defesa das suas ideias; em defesa da verdade sobre as ideias, que meu irmão, infelizmente, foi interrompido na sua vida.

Então, a primeira parte – eu queria também saber sobre o tempo, porque a gente quer ser o mais rápido possível para que isso não se estenda; aqui, todos devem ter seus compromissos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – (Inaudível.)

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Obrigado. Então, Deputado, a minha preocupação primeira, aqui, é sobre o encaminhamento, que até agora tem ocorrido, sobre a morte do Rui. Foi divulgado; nunca, ninguém viu como aconteceu a morte dele. A versão oficial é de que ele – da ditadura – é de que ele reagiu, saiu correndo; reagiu, e levou esses tiros. Então, há muita contradição em todos os atestados, todas as declarações; nada se encaixa, nada se encontra. Meus pais morreram sem saber como ele morreu.

Desculpe a minha emoção; eu preciso me controlar, um pouco, para fazer a razão prevalecer aqui; porque, aqui, não é um depoimento apenas de um irmão. É um depoimento de uma pessoa que, também, assumiu a causa dele; e de tantas pessoas que o seguem, como exemplo de luta, em suas devidas posições e situações.

Então, a morte do Rui está completamente sem esclarecimento. Eu acho que os companheiros, aqui, poderão depor, assim, mais de imediato; porque poderão elucidar, e dar alguma contribuição, no sentido, também, de, talvez, encaixar alguma versão, que possamos saber como ocorreu esse episódio. Porque os laudos, já analisados – como foi citado aqui – não se encontram, e trazem muitas dúvidas com relação a esse episódio.

O meu pai, quando foi avisado que o Rui estava preso, vocês viram no depoimento, ali, que ele foi várias vezes enganado; não queriam, de forma alguma, que ele soubesse; não sabiam de nada, do Rui. E nos atestados constam o nome dele; eles tinham identidade, tinham endereço; então, isso mostra que; com poucas semanas, já, da morte dele, eles já procuravam esconder o Rui – o corpo. Não temos dúvida de que isso seria para que não se averiguasse as causas da morte dele.

Eu trouxe aqui, deputado, e vou deixar para essa Comissão, um livro – que é o dossiê que foi feito pelo Governo – do qual a família teve um reconhecimento sobre a morte do Rui; e trago, também, um CD com fotografias da ossada de Rui. Porque, eu mesmo, retirei a ossada do meu irmão de um caixão lacrado de zinco; porque meu pai fez um pedido muito forte, para mim, para que fizéssemos um túmulo, uma capela mais organizada, naquele local onde o Rui estava enterrado.

Então, em 1997, aproximadamente – talvez precipitadamente; mas foi pedido do meu pai – eu tirei aquela ossada de lá; sozinho, fiz isso, de um túmulo de dois metros de profundidade, mas tive o cuidado de tirar tudo que foi dele. Tudo que era dele – a ossada. Eu tenho várias fotografias; e eu acho que um perito, um estudante qualquer, de medicina, pode ver que há vários ossos quebrados de várias maneiras – costelas; os ossos maiores. Eu acredito que algum seja esse, aqui, da mão. Não é osso com orifício de bala; é trincado. Talvez, por torturas que ele tenha passado nessa sua...

Então, o que poderia ser analisado, é como todos esses laudos se desencontram. Esse médico que fez – esse perito – que é o Isaac Abramovitch, fez vários laudos naquela época; e ficou constatada a contradição de todos esses laudos.

E é sabido que havia uma conivência, dessa equipe médica e torturadores, para que se deturpassem os verdadeiros motivos da morte dessas pessoas. Então, é um lado melancólico a gente falar, aqui, sobre essa situação do Rui; mas eu vejo como necessário, ainda, para que esclareçamos isso.

Então, o laudo – a morte declarada, foi dia 15 de abril; e meu pai, quando esteve em Perus para buscar o corpo, marcava como enterrado dia 20 de abril de 1972; então, aí, já havia uma contradição; e o Isaac, esse médico, assinou esse atestado 11 dias depois, dia 26; porque, naturalmente, houve uma preparação de como – uma época de muitos companheiros caídos – eles tinham que preparar, minuciosamente, como justificar isso para a família, futuramente, se alguma...

Porque, também, não esperavam a forte campanha que meu pai fez mundialmente pelo porte. Fez essa carta que foi, parcialmente, aqui, lida; foi lida no Congresso Nacional pelo nobre deputado Nadir Rosseti, corajoso; que, depois, veio a ser cassado; um dos motivos foi a leitura dessa carta.

Então, todas essas contradições de dados. Eu pediria, à Comissão, que apurasse essa ossada; investigasse em que estado está, como ocorreu, porque todos aqueles ossos quebrados; as próprias fotografias dos laudos já mostram – havia muitas manchas, no rosto do Rui, que ficaram marcadas nas fotografias, claramente; estão aqui no dossiê.

Então eu posso, nessa primeira parte, pedir que se esclareça – a Comissão – que se esclareça o porquê – como aconteceu. Eu acho que o Almério; um companheiro me falou que; na prisão; ouviu-se que um policial muito arrogante disse: “Vocês, agora, têm um presunto”. E veio a se saber, depois, que era da morte do Rui. Importante saber quando foi falado isso, se alguém esteve nessa situação; mas eu acho que a ossada seria um laudo, uma averiguação muito importante.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você, só para eu entender direito; você quer que eu ponha o CD das ossadas para você descrever as partes trincadas, fraturadas; ou você prefere que a gente prossiga nos depoimentos?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Eu acho que nós podemos prosseguir; porque isso aí, talvez, um perito facilmente vai conseguir descrever.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu pensei que você quisesse incluir, na sua exposição...

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Senão, vai alongar muito a sessão.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Não tem problema nenhum. Eu acho até bom. Vamos ouvir os outros, então?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Ok.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Aí, Vivian, eu queria pedir para você ver que condição está, para abrir esse documento. Então, posso passar para a sua irmã.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Só para encaminhamento; eu acho que esses companheiros querem fazer seus pronunciamentos, e estão livres para expor o que precisarem. Mas há um pequeno minuto, se alguém sabe de alguma coisa dessa situação, para constar nessa ata, digital, dessa reunião; se alguém sabe de alguma coisa pequena sobre isso, inicialmente ou posteriormente, citar aqui, já que, hoje, é o momento adequadíssimo para que esclareçamos, já, essa situação, que a família obscurece sobre isso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado. Em seguida vamos passar para o Rui. Então, agora vamos falar o capítulo dos companheiros. Quem seria, dos companheiros, que estaria mais organizado? É o próprio Almério, que faz em primeiro lugar? Ou é o Oscar? Quem gostaria de?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – A situação toda, tem a ver com a casa onde eu morava.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Tá. Então, o sr. fala o seu nome, e aí fica livre para falar.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Meu nome é Barnabé Medeiros Filho; eu fui militante do PORT e companheiro de militância do Rui.

O que eu tenho a dizer é o seguinte: eu fui preso no dia 12 de abril de 1972; e, devido à minha prisão, minha casa foi ocupada por agentes do DOI-CODI. Minha casa ficava na Rua General Salgado dos Santos, número 25, na região de Vila Alpina, em São Paulo. Essa casa foi ocupada; e, a partir daí, se transformou em uma armadilha.

Eu estava, portanto, preso no DOI-CODI. No DOI-CODI, conversando com companheiros que também estavam lá, soube – creio; imagino que – através do Aybirê Ferreira de Sá, que o Rui havia ido dormir na minha casa no dia 14, à noite – porque havíamos programado uma reunião do partido, para esse local, no dia 15, sábado. Creio que foi através do Aybirê, que eu soube disso, porque nessa época Rui estava hospedado na casa do Aybirê.

Então, pela informação que nos chegou, o Rui teria ido dormir na minha casa; e, a partir daí, deduzimos então que ele, ao chegar, viu que a casa estava ocupada e tentou fugir. Isso é apenas uma dedução; ninguém viu isso.

O que eu posso dizer, também, é que eu não vi o Rui no DOI-CODI. Não sei, dos outros companheiros, se o teriam visto. Eu não soube. Até onde eu sei ninguém viu o Rui no DOI-CODI. Há essa informação que o Rogério trouxe, de que um tira nos disse “Vocês, agora, têm um presunto”, de maneira – um escárnio, que eles se referiam, assim, aos cadáveres produzidos pela Repressão – e soube, ou devo ter ouvido, que alguém, algum dos presos, teria visto o Rui, morto, no DOI-CODI. Vivo, não tenho informação de que ninguém tenha visto. Portanto, a minha convicção é que, se ele foi torturado, não o foi no DOI-CODI.

E a outra convicção, pelas informações que temos, é que a prisão, e possível morte, dele, tenha se dado nesse endereço. Rua general Salgado dos Santos, nº 25, Vila Alpina. Eu estive ontem, lá, nessa rua. Claro que a rua está muito mudada, embora continue uma rua de construções de casas – de casas térreas – é uma rua de periferia, uma rua muito curta; as construções já são outras. E, uma coisa curiosa, é que os números foram invertidos – onde

era o fim da rua, hoje é o início; e vice-versa. Então, a minha casa, que era de nº 25, hoje, uma das construções – que lá tem mais de uma construção, no local – tem o nº 210. Acho que é isso, que eu tenho a acrescentar.

Eu quero remarcar o seguinte: o local, que eu já falei, da possível prisão; e, até, possível tortura, morte. O fato de não termos visto o Rui vivo, no DOI-CODI. E o fato que, possivelmente, algum prisioneiro político, que estava lá, naquele momento, o teria visto morto; mas, quanto a isso, eu não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Barnabé; deixa eu... Já que você está na condição de companheiro, e não de familiar, e era companheiro de militância política. É evidente, que a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, ela tem, como foco, mortos e desaparecidos. Então, esse aspecto criminal, é um foco forte da gente, aqui. E a identificação dos torturadores, dos assassinos, aqui é o local onde a Comissão foca; tanto é que, nós estamos tratando, desse caso, com a máxima seriedade.

Mas seria importante fazer uma contextualizada na Organização; já sua vinda pra São Paulo; na vinda do Rui. Contextualizar, um pouco, porque é evidente que, o personagem – tudo vai girar em torno do Rui; da vinda dele, da prisão.

Mas era importante, então, que você, como companheiro político, de militância política, que você pudesse falar, um pouco mais livremente, sobre... Você, também, parece que era gaúcho, não é. Então, aqui nós trabalhamos bem o caso do Latorance, por exemplo, que era mais próximo da gente, e tal. Então, eu queria, se você pudesse falar um pouquinho mais; ou se outro companheiro vai fazer esse tipo de apresentação.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Bom. Circunstancialmente, eu, também, nasci em Santa Catarina – não sou gaúcho, sou catarinense, tal como o Rui. Mas eu só o conheci em São Paulo.

Eu iniciei minha militância em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e em 1967 fui mandado pelo Partido, para São Paulo, para continuar minha militância aqui. Eu conheci o Rui, já em uma fase de clandestinidade pesada; a minha clandestinidade era mais forte, ainda, porque, por um período, eu estive como responsável pela impressão do jornal do Partido. Era uma clandestinidade dentro da clandestinidade.

(Inaudível.)

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Não. Primeiramente, fui eu. Depois, por circunstâncias outras, eu passei a atuar no Sindicato dos Bancários; e, naturalmente, deixei essa função; por um período, continuaram fazendo essa função o Túlio – Túlio Vigevani – e a Maria, a mulher dele. E quando o Túlio foi preso, em 1970, essa função passou para o Rui e o Aybirê Ferreira de Sá, junto com a Lenise, mulher do Aybirê. E, aí, a clandestinidade mais pesada, justamente passou para o Rui. Era – como eu dizia – uma clandestinidade dentro da clandestinidade. Estávamos num partido clandestino; e as pessoas que tinham essa função de impressão de jornal, de edição de jornal, tinham todo um resguardo dentro do Partido.

Eu não sabia onde morava o Rui; o encontrava em algumas reuniões. E, por essas circunstâncias – num determinado momento, eu numa clandestinidade pesada; e, de outro momento, ele numa clandestinidade pesada – não acompanhei a militância dele.

Soube que esteve trabalhando como metalúrgico; e só. Então, eu não tenho informações, mais, para passar sobre a militância e a vida dele aqui em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Aqui em São Paulo? Ele trabalhou como metalúrgico, aqui em São Paulo.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Exatamente. Ele trabalhou como metalúrgico, aqui em São Paulo. Creio, que outros companheiros podem dizer mais sobre isso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você não lembra quando ele chegou aqui em São Paulo?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Não. Eu não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ah, você era da... Era totalmente compartimentado.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – É. Nesta fase eu estava numa situação – quando ele chegou aqui, em São Paulo – eu estava numa situação de clandestinidade dentro da clandestinidade. E, posteriormente, essa condição passou para ele.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Está bom.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Está bem?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ótimo. Vamos lá. Quem fala agora?

O SR. ALMÉRIO MELQUÍADES DE ARAÚJO – Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar a Comissão pelo esforço de desvendar diversas...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Abre falando seu nome completo, por favor.

O SR. ALMÉRIO MELQUÍADES DE ARAÚJO – Almério Melquíades de Araújo. Fui companheiro de militância do Rui, aí no final dos anos 1960, até a nossa prisão, em abril de 1972.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você é paulista?

O SR. ALMÉRIO MELQUÍADES DE ARAÚJO – Eu sou de João Pessoa, mas moro aqui em São Paulo; vim para cá por conta de militância política, em 1966, achando passar um tempo; estou até hoje, aqui em São Paulo.

Em relação a esse depoimento, a esse convite, vim em respeito à Comissão e, também, à família, e, também, por insistência do Cláudio Cavalcanti, no sentido de estar

aqui, contribuindo. Acho importante; mas acho extremamente tardia essa busca. Acho que nunca é tarde; mas eu acho que 41 anos cria uma neblina, uma nuvem na memória de todos nós, em relação a esse fato; mas, repito, antes tarde que nunca.

E acho que esses depoimentos, essa busca, esse trabalho da Comissão pode, talvez, mudar um pouco esse provérbio, esse dito, de que a versão é sempre dos vencedores. A gente tenta, com isso, alterar um pouco essa versão absurda de tiroteio, de que o Rui estaria armado; uma coisa completamente... Nunca... O Partido Operário nunca participou – sem entrar no mérito da luta armada do Brasil – sempre foi uma ação mais voltada para um trabalho sindical, para um trabalho político; mas nunca participou da luta armada, que havia na época – mas era uma opção política do partido Trotskista – não apostava na via armada, para combater a ditadura da época.

Então, essa versão precisa ser revista. Precisa ser modificada; que não se fique com essa ideia de alguém que provocou um conflito, e foi vítima; mas reafirmo, também, que não... O conhecimento que eu tive, do fato, foi de terceiros. Não vi, também, o Rui morto; não tive esse... E, com o passar do tempo, tenho apenas uma memória – não da pessoa que disse, mas de alguém que comentou isso, que já foi dito aqui – que ele teria sido morto a tiro, chegando à residência do Barnabé Medeiros para uma reunião seguinte, no sábado, nessa residência. Essa é a versão que eu tenho.

Claro que nós não acreditamos nessa versão de tiroteio; mas, também, penso que esse documento que a família levantou – essa perícia – possa elucidar melhor; um perito analisando, de fato, se foi morto a tiro, ou sob tortura; ou as duas coisas. É viável tudo isso; mas eu não sei, não tenho condições de lembrar, com precisão, nem quem me deu essas informações sobre a morte dele. Eu acho que nenhum de nós viu seu corpo no DOI-CODI; o que, também, não impede de ter sido ocultado – tudo o que foi feito.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você esteve preso, também, nesse período?

O SR. ALMÉRIO MELQUÍADES DE ARAÚJO – Eu estive preso, nesse mesmo período, no DOI-CODI.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você lembra que dia você foi preso?

O SR. ALMÉRIO MELQUÍADES DE ARAÚJO – Eu, pelo menos, fui preso no dia 13 ou 14, por aí...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – De?

O SR. ALMÉRIO MELQUÍADES DE ARAÚJO – De abril, esses dias, aí. Todos nós fomos presos entre – eu acho que a primeira prisão foi no dia 12 – e vieram à sequência de três, quatro dias de prisões; nós éramos um grupo pequeno.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você foi torturado?

O SR. ALMÉRIO MELQUÍADES DE ARAÚJO – Sim.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quais foram – lembra das pessoas que foram presas?

O SR. ALMÉRIO MELQUÍADES DE ARAÚJO – Lembro, mas eu não tenho... Porque, algumas, eu nem conhecia; porque, pelo funcionamento do Partido, você não conhecia todos os companheiros do próprio Partido. Tinha uma célula; tinha uma certa hierarquia; e nós não conhecíamos todos. E se referiam, sempre, com codinomes, obviamente; então, nisso eu conheci dentro do DOI-CODI; posteriormente, no DOPS; e, depois, no presídio Tiradentes.

Essa foi a sequência, que se passou, até o julgamento que aconteceu – creio que um ano de uma das auditorias militares aqui de São Paulo – tem um processo. É isso, em resumo; mas espero estar contribuindo; mas apesar de ter relutado, um pouco, em acreditar que se pudesse, 41 anos depois, estar elucidando e mudando, um pouco, essa versão de tiroteio. É isso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Muito obrigado. Quem é o próximo? É importantíssimo; por favor. Só fala o seu nome, antes de começar o depoimento.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Barnabé Medeiros Filho; segundo depoimento sobre as prisões do PORT. Eu fui o primeiro a ser preso; e, a partir daí, fui muito torturado – como a maioria dos companheiros que foram presos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você estava na casa da Vila Alpina; você foi preso lá, na Vila Alpina?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Não. Eu fui preso na rua. Fui preso na rua; havia saído do banco – onde eu trabalhava – no horário do almoço, tentando descartar o exemplar do nosso jornal; porque era um perigo andar com uma publicação clandestina, naqueles dias, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O FO?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Exatamente, o FO – “Frente Operária”. Fui preso e levado para o DOI-CODI. Isso foi na hora do almoço; e, depois...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você trabalhava em que banco? Em que lugar, era a agência?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Era no Pari; rua, creio que, Carlos de Campos; eu fui preso na região do Largo da Concórdia – ali, nas imediações. Era um banco, chamado Banco Português do Brasil, que não existe mais; foi incorporado pelo Itaú, depois. Enfim, eu saí para o almoço, deixei a minha jaqueta na cadeira; e voltei, um ano e meio depois, para buscar a jaqueta – e já não tinha mais, o banco.

Fui preso; sofri umas sessões de tortura ao longo de toda a tarde e noite do dia 12; a minha mulher, Isolda, com quem estava casado à época, trabalhava à noite. E ela era

Professora do Estado, trabalhava no curso noturno; saía por volta de 11 horas, chegou em casa e não me encontrou; e eu estava preso, tentando resistir à tortura, até aquele momento.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A Isolda dava aula na Vila Alpina?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Ela dava aula na região de Sapopemba. Pegava um ônibus que, saindo lá de Sapopemba, ia até São Caetano e passava nas imediações de nossa casa; portanto, ela deve ter chegado, em casa, sei lá, por volta de meia-noite. E, não me encontrando – estava um companheiro hospedado lá em casa, o Iram, que tentou acordar, porque havia uma rota de fuga.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quem morava em casa com você – o Iram?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – O Iram. Iram Jácome Rodrigues. Havia uma rota de fuga no alçapão que ficava embaixo da cama onde estava o Iram. E aquela história, não, espera, não está acontecendo nada. O Iram dormindo e ela ficou rodando pela casa, e nessa circunstância eu já não resisti mais e entreguei onde eu morava. Fui, com a equipe do DOI, até a casa onde eu morava.

Mas eu tinha um plano – contando com o alçapão, como rota de fuga. Em vez de levar os tiras para minha casa, levei na casa vizinha. E, ao passar, a Isolda, que estava preocupada com a minha demora, ela ouviu barulho de carro na rua – de periferia, em 1972, não era isso comum – e abriu o postigo da porta e me viu passando. Mas viu que eu não estava indo para casa, estava indo para outro lugar; ou seja, teve tempo de correr, acordar o Iram, levantar o alçapão, tentar fugir; o Iram ainda conseguiu sair, mas foi preso mais adiante; ela, nem isso, porque, logo na confusão que armaram na casa do vizinho, minha casa foi metralhada, e assim se deu a prisão. A partir daquele momento, os tiras do DOI se instalaram na minha casa.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A reunião ia ser no sábado. Que dia?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Doze de abril, era uma quarta-feira. E a informação que temos, é que o Rui foi dormir na minha casa na noite do dia 14, que era uma sexta-feira. No DOI-CODI, depois da sequência de prisões todas, pelas minhas contas chegamos a ser 16 presos, no DOI-CODI. Nem todos chegaram a ter condenação pela Justiça Militar. Não sei quantos foram para o presídio Tiradentes e para o DOPS; mas houve uma época em que chegamos a ser 16, no DOI-CODI.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Era uma célula essencialmente bancária?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Não. Era misturado. Foi presa gente de diversas áreas. Uma coisa que eu quero acrescentar, também...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ô, Almério; me ajuda, só, a fazer as ligações. O Olavo Hansen cai quando? Primeiro de maio de?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – O Olavo Hansen, 1º de maio de 1970.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vocês, são 1972.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Mil, novecentos e setenta e dois.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então, o PORT; vai, continua; desculpa. É só pra fazer a cronologia.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Uma coisa que eu queria acrescentar, pegando o gancho do depoimento do Almério; realmente, o PORT foi uma das poucas organizações que não aderiu à luta armada, que não concordava com a luta armada,

naquelas circunstâncias e naquele momento; e, por conta disso, nós éramos praticamente proibidos, pelo Partido, de andarmos armados. Porque, se você não ia enfrentar a ditadura com armas, a arma, em vez de ser a proteção, ela seria um elemento de delação, numa São Paulo, onde o trânsito em São Paulo, naquela época, tinha momentos que dava um nó muito pior do que hoje; você virava uma esquina e, de repente, uma patrulha do Exército, lá, parando todos os carros, todos os ônibus, revistando pessoa por pessoa; era uma loucura, São Paulo, naquela época. Você estava sujeito a ser revistado a qualquer momento.

Então, uma arma, ali, para um partido que não tinha aderido à luta armada, era uma forma de delação. Portanto, a versão de que teria, ele, reagido a tiros, é completamente absurda. Se já é absurda para outras organizações armadas, para nós era completamente estapafúrdia.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Barnabé, vamos lá. A casa de vocês tinha uma aparente legalidade, mas era um aparelho do Partido, porque os três eram organizados – sua companheira, Isolda, e o Iram, que era bancário, também.

E o Rui morava em São Paulo, ou ele veio... Ele já estava em São Paulo, já estava coordenando a gráfica? Quando você coordenava a gráfica, onde a gráfica ficava? Ele herdou a mesma gráfica? Você falou: “Não, depois eu fui para o sindicato”. Explica um pouco melhor para a gente entender. Onde o Rui morava? Ele morava em alguma coisa legalizada? Ele estava clandestino?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Não; o Rui – naquele momento, a gráfica já tinha caído uma vez quando, justamente, quando o Túlio foi preso. O Túlio foi preso por volta de junho de 1970. Lembro que era época da Copa do Mundo. A famosa Copa de 1970; eu estava, com companheiros, na prisão; o Túlio foi preso naquela época, e a gráfica caiu. Se constituiu uma nova gráfica, depois, com o Aybirê e o Rui, em algum local que eu não sei onde era. E é isso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Mas o Rui morava na casa da gráfica? Vocês vieram a saber onde o Rui morava? A pergunta é essa. Para a gente criar a

imagem, e reconstituir a história do Rui, aqui em São Paulo. É nisso que eu estou tentando chegar com essas perguntas.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Uma coisa a acrescentar é que o Aybirê, que poderia dar mais detalhes sobre isso, ele faleceu recentemente. Até onde eu sei, havia uma casa – que era a gráfica – onde morava o Aybirê; a mulher dele, a Lenise; e a filha, Rosa; e o Rui morava com eles. E aí, se tinha um mimeógrafo, e, então, se imprimia o jornal. E, esta casa, é em algum bairro da Zona Leste, em São Paulo. Essas são as informações que eu tenho.

E, essa gráfica, havia-se remontado ela, após a prisão do Túlio e da Maria, em meados dos anos de 1970.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então; aí, no sábado, além do Rui, quem iria – teve mais gente que foi pra reunião? Como a casa estava aberta, mais gente caiu?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – É possível. É possível que sim; mas eu não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E das pessoas que estão vivas?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Eu não tenho essa informação da casa; quantos caíram por outras vias.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você falou que tinha 16 presos. Porque nós estamos querendo saber – acho que é uma coisa que a família fala, não é; ninguém viu o Rui preso. Dentro do DOI-CODI, soube-se da morte dele através daquela notícia. E, então, além do Rui, vocês não lembrou quem participaria da reunião da casa, e seria quem – o Rui chegou antes...

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – O Rui chegou antes.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A casa já estava aberta.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Aberta. Já estava aberta.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Embora ele morasse em São Paulo, ele foi pra dormir lá, na sexta à noite.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Isso é certo, não é?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Isso é certo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ele morava na Zona Leste, a casa era na Vila Alpina, mas ele foi na sexta à noite. E vocês não sabem – você foi preso.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Sim; eu já estava preso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E, vocês, lá no DOI, não viram... A Isolda, também, estava presa.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – A Isolda, também, estava presa.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E o outro menino, que eu esqueço o nome...

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – O Iram.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O Iram, também, estava preso?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E, aí, ninguém viu o Rui entrar lá, no DOI?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Não. Ninguém viu.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E vocês lembram quem eram as equipes? Você entrou em que equipe – um, dois, três? Quem comandava? Quem torturava?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Eu me lembro de um nome.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Já era o Ustra?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Um nome que... Sim, o Ustra já estava lá. O Ustra, uma das táticas que eu usava, para resistir à tortura, era levar, eles, em lugares falsos. E, numa dessas, toda vez que eu voltava sem nada, era recebido a pancada. Fui espancado, diretamente, pelo Ustra.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – É? Foi torturado pelo Ustra?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Fui espancado. Ele não tocou a maquininha de choque; mas, uma das vezes que eu não resistia mais: “Tá bom, vou levar vocês”; aí, levava num lugar falso. Aí voltava. Era recebido a pancada – numa delas estava, lá, o Ustra, acho que não tinha terminado o expediente dele, e fui chutado e espancado por ele, pessoalmente.

E outro – meu torturador – ele era conhecido pelo codinome de JC, Jesus Cristo. Esse torturador está identificado; a Eleonora o identificou; a Eleonora, hoje ministra de...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Menicucci. Menicucci.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Eleonora Menicucci, exatamente.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E o Dirceu Gravina?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Eu não sei o nome, devo até ter ele no meu computador.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Dirceu Gravina.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Ah! Dirceu Gravina. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Professor da Faculdade de Direito.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Então, Dirceu Gravina, Ustra; outros, eu não sei o nome; e nem o codinome.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você lembra, pelo menos, quem ia participar da reunião; quem estava previsto, além da Isolda, do outro companheiro, Iram, e você; quem mais estava atraído para aquele ponto aberto?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – O Aybirê Ferreira de Sá; creio que o Almério, também...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O Aybirê está falecido. É falecido.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – É falecido. Creio que o Almério, também; e o Martinho Leal Campos; dos que eu me lembro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Martinho Leal Campos, e o Almério?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Creio que o Almério, também. Não, Almério? Creio que sim.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Está bom. Então, quer dizer que ninguém viu o Rui dar entrada no DOI, ninguém viu ele preso – nem das outras organizações? Porque, por exemplo, o Hansen; o Geraldinho fala do Hansen; tinha o pessoal da AP, tinha o pessoal – não, o Geraldinho, naquela época, era PORT – tinha o pessoal da ALN, que fala do Hansen; o Russo fala do Hansen. Do Rui, ninguém fala do Rui. Ninguém, em lugar nenhum, depoimento, viram o Rui; nada.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Não. Que eu tenha conhecimento, ninguém o viu vivo. Agora, tenho essa informação, de que alguém o teria visto morto.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Isso que eu queria entender, vocês falam toda vez: “Ninguém o viu vivo”.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Mas, então, o viram lá dentro, morto; é isso?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Alguém o teria visto; enfim, 41 anos, não tenho a menor ideia de lembrar se alguém o viu, mesmo; se eu sonhei isso, depois.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Sei. Ninguém o viu vivo. É o que vocês falam todo momento, isso.

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Exatamente. Ninguém o viu vivo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos lá. Quem vai falar?

(Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Pode. Lógico. Só fala o seu nome, completo. Ele lê, fica tranquilo. Pode falar que ele lê. Se você subir aqui, é melhor; porque, como está transmitindo ao vivo... Mas é bom você vir aqui, porque... Dá o microfone sem fio, pra ele.

O SR. CLÁUDIO CAVALCANTI – Bom dia a todos. Meu nome é Cláudio Cavalcanti. O nome todo é bem grande, é Cláudio Antônio de Vasconcelos Cavalcanti. Leva tempo para dizer; e, em geral, eu uso o nome abreviado, Cláudio Cavalcanti.

Eu sou pernambucano, comecei a militar no PORT em 1963, no Recife. Militei nas ligas camponesas – participei da organização dos sindicatos rurais – antes do Golpe de 1964.

Depois do Golpe de 1964, eu estive no Uruguai durante algum período, país do qual guardo as melhores recordações, em um período de muito aprendizado para mim. E, por volta do final de 1965, eu voltei para São Paulo e me fixei aqui, militando na clandestinidade. A essa altura, eu tinha uma condenação – à revelia, de um tribunal Militar no Recife – a oito anos de prisão.

Militei na clandestinidade, inclusive na gráfica do partido que, durante uma época, foi organizada na casa do Túlio Vigevani, no bairro de Campo Limpo; e eu ajudava o Túlio na publicação do jornal “Frente Operária” – o jornal do Partido Operário Revolucionário Trotskista.

Bem, eu fui preso em 1970, em julho de 1970. A informação que o Barnabé Medeiros acaba de dar, é correta; o Túlio, também foi preso em julho de 1970; mas as prisões não tiveram ligação.

E eu pude dizer, sob tortura, que não conhecia o Túlio; e nem conhecia sua esposa, Maria do Socorro. Eu fui preso em julho de 1970. Fui muito torturado pela equipe do capitão Maurício e depois pela equipe do capitão Albernaz, um nome tristemente famoso entre os presos políticos, porque ele era um homem sádico. Depois, eu tive notícia de que ele foi parar num hospital psiquiátrico. Era um psicopata – como muitos dos torturadores, da ditadura.

Fui muito torturado; inventei uma história – eu morava em São Paulo – mas inventei que tinha acabado de chegar do Recife; e isso me permitiu não dar o meu endereço em São Paulo.

O Túlio caiu dias depois – em um processo semelhante à queda do Medeiros – se desfazendo de material político, na rua. Nesse período, eu fiquei um ano e meio na prisão. Fui liberado, e tentei sair do país na fronteira com o Uruguai; mas não consegui, porque meu nome estava em uma lista. Eu consegui fugir no momento em que soube disso, na própria rodoviária de Porto Alegre, e voltei pra São Paulo.

Fiquei alguns meses em liberdade, e voltei a cair, em abril de 1972; se não me engano, no dia 14 de abril, o dia mesmo em que o Rui foi assassinado. Mas, nessa época, eu não tinha nenhum contato com o Rui. Eu estava na clandestinidade plena. Eu tinha acabado de sair da prisão e estava na casa do Martinho Leal Campos, um militante paraibano que mora em João Pessoa; que, infelizmente, não está aqui no momento – acho que o depoimento dele contribuiria muito, para essa audiência.

Então, o Rui, na verdade, eu conheci alguns anos antes. Nós não militamos juntos. Eu sei que ele esteve no nordeste, durante algum tempo, organizando o Partido, lá, o grupo, lá, em Pernambuco; mas eu tive muitos poucos contatos com ele. Eu guardo uma lembrança muito positiva do Rui. Ele era um homem extremamente dedicado à causa, à luta pelo socialismo, à luta contra a ditadura. Ele era um daqueles militantes que se entregavam, plenamente, à causa. Ele não era homem de vacilar, de tirar o corpo fora, quando diante das tarefas mais espinhosas.

No dia que eu caí, a impressão que eu tenho é que ele foi assassinado na manhã do dia 14; eu caí na tarde deste mesmo dia; e o Martinho, esse companheiro do qual eu acabo de falar, Martinho Leal Campos...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Martinho? Leal Campos?

O SR. CLÁUDIO CAVALCANTI - É, Martinho Leal Campos. Martinho me disse: “Olha, um dos nossos foi morto, foi assassinado”, eu perguntei quem, ele falou Marcos. Era o nome de guerra do Rui. Só depois, é que eu fiquei sabendo do nome de batismo do Rui. E foi morto, me acrescentou Martinho; na verdade, eu uso a expressão executado. Ele foi executado. Não estava armado – é uma mentira, descarada, desse laudo médico e da versão da Repressão, da ditadura; é uma mentira completa – ele não estava armado. Ele foi morto, foi assassinado, porque tentou fugir no momento da prisão.

Ora, a polícia controlava, completamente, toda a rua; e, possivelmente, todo o bairro. Havia várias viaturas no lugar. Eles poderiam ter preso, ter capturado o Rui, facilmente. Mas não. Eles preferiam executá-lo friamente.

E eu, também, não descarto a possibilidade de, uma vez ferido, ele ter sido levado ao DOI-CODI, e torturado até à morte. Essa hipótese não é descartável. Mas como disseram os companheiros, ninguém viu o Rui – vivo – no DOI-CODI. E eu não soube mais dele. A informação que tive foi essa, do Martinho; e, depois, tornou-se pública a morte – a execução do Rui. É isso que eu tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Cláudio, eu só queria, se você puder, evidente; você sabe onde o Martinho mora? Onde ele pode ser encontrado?

O SR. CLÁUDIO CAVALCANTI – Eu tenho contato com ele via e-mail; ele mora em João Pessoa.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você está morando aqui, em São Paulo?

O SR. CLÁUDIO CAVALCANTI – Eu continuo morando em São Paulo. E também a Lenise, esposa do Aybirê Ferreira de Sá, que morava juntamente com o Rui, mora no Recife; eu também tenho contato com ela, de forma que não seria difícil obter um depoimento. Inclusive essa informação que você precisa – o endereço da gráfica – ela pode lhe dar.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então, a Lenise – a gente vê um jeito de entrar em contato contigo, para achar tanto o Martinho, como a Lenise.

O SR. CLÁUDIO CAVALCANTI – Certo. Eu estou à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você acha que ele teria sido preso lá na rua, lá na Vila Alpina, nas imediações da casa, quando chegou; aí, levaram-no pro DOI; isso que eu queria entender.

Nunca fica claro, porque quando tem Isaac Abramovitch, e tem todo esse problema da defasagem, que o irmão fala – que tem data de, o laudo, o atestado de um jeito e tal; o Isaac fala em arma de fogo, ferimento, e aparece um monte de arma de fogo. O Isaac fez o Olavo Hansen também, não foi? Foi Isaac Abramovitch, ou foi Harry Shibata?

(Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vê Olavo Hansen, aí. Mas quando tem Isaac Abramovitch e Harry Shibata, e outros, dessa turma – é tudo problemática.

Mas, deixa eu perguntar; vocês todos. Que ele foi para o DOI, tudo bem; agora, teve arma de fogo; ele foi atingido, por exemplo, tem isso na recomposição? Porque, pelo irmão que falou que fez uma exumação – ele mesmo, sozinho, foi lá, cavou a sepultura, retirou osso por osso; os ossos estariam fraturados; é; fraturados; então, mas tem a possibilidade de eles terem atirado nele e levarem ele ferido para o DOI? Tem alguma coisa de arma de fogo?

O SR. – Eu acho que sim. Ele foi...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Tem alguma veracidade na arma de fogo? Quer dizer, não só pela arma de fogo; pode ser que, depois de ferido por arma de fogo, ele tenha sido triturado na tortura. Isso aí, vocês avançaram alguma coisa? Tanto do Martinho...

O SR. CLÁUDIO CAVALCANTI – Não. Não temos informações concretas, sobre como se deu. A informação que eu tenho do Martinho, não sei se ele estava na ocasião, é que ele foi baleado. Ele tentou fugir e os agentes do DOI-CODI atiraram nele. Agora, não sei se só o feriram, nesse momento, ou se ele foi morto nessa ocasião. Não há informações. Talvez, o Martinho possa ter mais alguma informação.

(Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quem foi, do Olavo Hansen? Porque é famoso, esse relatório do laudo do Olavo Hansen. Vamos lá. Então, não foi Isaac Abramovitch, Olavo Hansen. Como você não falou no microfone – dá para você só falar isso, por favor? Os dois registros de Olavo Hansen. Ou só dá o nome, para eu falar.

A SRA. – Geraldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quem fez o laudo do Olavo Hansen foi Geraldo Rebelo.

A SRA. – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E aqui é só o Isaac? No de vocês, é só Isaac? Ou esse Paulo aparece também? É só Isaac. Bom, já estamos indo então; você tem o laudo, aí, do Isaac? Você abriu o CD? Pelo menos, pra gente constar na audiência. Deixa eu só, ver o laudo do Isaac, aqui.

Barnabé; o Paulinho, bancário, que dava aula na Vila Zelina, trotskista, ele tinha proximidade com o PORT. Ele não foi preso nessa época, não é? O Paulinho, um de óculos? Não? Isso. Por curiosidade.

O SR. – Exame necroscópico: Isaac Abramovitch e Antonio Valentini.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Só deixa eu terminar essa pergunta, porque é importante. Eu morava lá, perto da rua de vocês. Eu dava aula lá, perto da rua de vocês – quando caiu a casa de vocês. A Isolda dava aula em que escola, em Sapopemba? No Aroldo?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Não sei te dizer. Foi naquela época – o Governo Militar ampliou o chamado ciclo II; o antigo ginásio e algumas escolas, que eram exclusivamente dos quatro primeiros anos, foram transformadas também no chamado ciclo II. E, isso, era apenas à noite. Era em uma escola próxima à Estrada de Sapopemba. Não sei te dizer, exatamente, qual.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você não lembra. E a Isolda, você tem contato com ela?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Sim, tenho contato, tenho e-mail, posso...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E você esteve lá na rua, ontem, antes de vir pra cá?

O SR. BARNABÉ MEDEIROS FILHO – Sim, eu fui até lá.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então Paulinho não caiu com vocês, naquela época – o Professor de Geografia; não lembra dele? Tudo bem.

O SR. – “Laudo de exame de corpo de delito. Exame necroscópico. No dia 16 do mês de abril de 1972. Realizada a perícia, passaram a oferecer o seguinte laudo. Examinamos hoje, nesse instituto, um cadáver que nos foi apontado como sendo de Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter; 30 anos, masculino, branco, solteiro, brasileiro, auxiliar de escritório, filho de Osvaldo Pfützenreuter e Leone Aguiar Pfützenreuter. Residente à Rua Almirante Barroso, nº 110.

“Histórico. Atingido por disparo de arma de fogo, ao travar tiroteio com os órgãos de segurança. Blusão azulão, cueca vermelha, calça roxa, meias azuis.

“Exame externo. Cadáver de adulto do sexo masculino, de cor branca, aparentemente 30 anos de idade. Cabelos castanhos, íris castanhos, dentes regulares; panículo adiposo, adicção regular, compleição média. Notam-se ferimentos, semelhantes àqueles produzidos pela entrada de projétil de arma de fogo, na face posterior do terço médio do antebraço direito; que saiu na face anterior, pós-fratura de dois ossos do antebraço, a este nível. Nota-se dois orifícios de entrada, na face lateral do hemitórax direito, na linha auxiliar anterior, na altura do 9º espaço intercostal. Esse projétil, após transfixar pelo lobo inferior do pulmão direito, e pelo lobo superior do pulmão esquerdo, alojou-se no tecido celular subcutâneo da região mamária esquerda”.

[Isso é o que diz essa bala. Entrou daqui, do lado esquerdo, não é? Uma coisa, talvez, mais à queima-roupa; porque se o cara está correndo, de longe a bala pega aqui, e atravessa os dois pulmões. À queima-roupa.]

“Exame interno. Aberto o tronco, pela técnica habitual, constatou-se a presença de derrame hemorrágico, na pleura direita, de 500 mililitros. Conclusão. Conclui-se que o examinado faleceu em virtude de anemia aguda traumática.

“Resposta aos quesitos. Ao primeiro, sim. Ao segundo, anemia aguda traumática. Ao terceiro, instrumento perfuro contundente, projétil de arma de fogo. Ao quarto, não. Nada mais havendo, narramos o presente laudo.

“Assinam Isaac Abramovitch e Antonio Valentini. 26 de abril de 1972”.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu queria fazer uma pergunta. De quem foi a iniciativa de denominar os arquivos da Unicamp com o nome do

Rui; como é que foi isso? Quem foram os companheiros? Foi o pessoal do PORT, foi o pessoal da Unicamp, foi o Marco Aurélio Garcia?

(Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Os companheiros do PORT entregaram... Fala no microfone, por favor. Você não falou. Pelo menos, pra incluir o seu depoimento. Fala seu nome, completo.

O SR. CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA – Carlos Alberto de Almeida. Também sou militante do PORT. E esses documentos, muito tempo depois, foram entregues a esse arquivo da Unicamp – ao Marco Aurélio Garcia, porque ele tinha alguma função de coordenação desses arquivos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Mas os arquivos têm o nome do Rui; não tem?

O SR. CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA – Provavelmente.

(Ininteligível.)

O SR. CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA – Mas ele os recebeu – todos esses arquivos, inclusive vários textos de J. Posadas, lá estão depositados. Há todo um arquivamento, lá, de todo esse material; bem como sobre os acontecimentos que levaram à morte – ao assassinato – de Olavo Hansen, e de Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter, também.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O PORT continua como partido organizado, até hoje?

O SR. CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA – Continua como corrente organizada, hoje, dentro do Partido dos Trabalhadores; participou da fundação do Partido dos Trabalhadores; e se organiza, enquanto corrente, dentro do Partido dos Trabalhadores, reconhecida pelo Diretório Nacional.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Como é o nome da corrente?

O SR. CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA – Corrente posadista; e edita o jornal que está aí, “Revolução Socialista”. Temos um exemplar para lhe entregar.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Tá legal; muito obrigado. O companheiro Roque, de Bauru, é da corrente? O companheiro Roque, vereador, não é da corrente...

O SR. CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA – Não.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Não; é outro, então. Tá. Tudo bem.

A SRA. HELENA YONO – Olha. Eu não vou fazer nenhum depoimento.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Fala seu nome.

A SRA. HELENA YONO – Meu nome é Helena Yono. Sou colaboradora desse jornal, “Revolução Socialista”, que trata de continuar o pensamento que era do Rui Osvaldo e Olavo Hansen.

Eu estou aqui, sobretudo, para me solidarizar com o sentimento da família – do Rogério, Rui Osvaldo, a irmã, o sobrinho – que tem sido parte desse nosso sentimento, que nós temos ao largo de todos os anos.

Eu, também, estive presa, no período do Olavo Hansen; fui, também, perseguida, nesse período em que houve a prisão, também, do Rui Osvaldo e de vários companheiros.

Apesar, que eu era muito nova, então, não conhecia, também, muitos dos companheiros que foram presos.

O Rui Osvaldo, eu tive a honra de conhecer – uma vez – nessas reuniões; eu era muito nova; numa dessas reuniões, que eram, sempre, reuniões clandestinas, no período da ditadura. E, posso dizer que ele era uma pessoa que – a impressão que me deu, independentemente se houve as discussões políticas, ou não, – é que era uma figura extremamente humana; extremamente boa, de bons sentimentos. Eu lembro até, que no momento em que eu o vi, ele estava, até, cuidando de uma menina – que eu penso que deve ser a filha da Lenise, a Ana Cláudia – como ela chamava, Ana Cláudia? Cândida Rosa, a menina.

Então, eu tive, assim, uma impressão; e, como muitos companheiros, inclusive os que não estão aqui – o Celso Agra, também, pediu desculpas aos familiares por não ter podido estar aqui, nesse momento, por um imprevisto, mas que fez questão que nós recordássemos, também, essa qualidade humana, dele. Como de toda a família, como do Rogério, que conhecemos, ao largo de todos os anos, do assassinato do Rui Osvaldo. E que era uma figura extremamente humana que não pode ser – não tem nada, que diga que ele possa ter pego uma arma na mão. Como os familiares mesmo disseram, nem sequer um canivete.

Era isso que eu queria reiterar, assim, pelo que eu vi; e, também, pelas ideias que ele defendeu, de um teórico trotskista, que foi o J. Posadas, que já morreu, que em nenhum momento, nas ideias de J. Posadas, houve um chamado – ao contrário, havia críticas – à luta armada, justamente por não organizar um movimento social amplo, sindical, e de massas. Ao contrário, o posadismo – já desde essa época do Olavo Hansen, que era, também, ligado ao movimento sindical, e de Rui Osvaldo – o posadismo sempre defendeu a organização de um Partido Operário, baseado nos sindicatos.

Inclusive, eu gostaria de ter falado depois da segunda parte – que o Rogério ia falar – porque essa parte, assim, mais de investigação, eu, realmente, não tenho elementos; porque, naquela época, eu fui perseguida, como consequência, e, por um triz, eu consegui, até, sair dessa situação. Eu fui denunciada, e tal. Bom

Por debilidade de alguns companheiros – que a gente perdoa; tudo – eu, nesse momento, não estava na casa onde eu morava com a minha família, que foi perseguida,

também. Meu irmão levado, torturado por um dia, sem ter compromisso com nada. Porque eu deveria, pela primeira vez, levar jornais para um regional, aí. E, nesse intercâmbio – de manhã eu contatei um companheiro que me organizou, que não está aqui, deve estar no Rio Grande do Sul, pra levar os nossos jornais até o sul; e até o momento da viagem não apareceu, mais. Então, foi um lapso onde, provavelmente, nesse momento, ele caiu preso.

Mas, vieram atrás de mim. Era um grupo, um camburão com alguns companheiros, que se debilitaram diante da tortura – companheiros novos – e foram atrás de mim, onde eu teria esse encontro, pra levar, encontrar esse camarada pra levar esse jornal – e que não veio; não entendi.

Bom. Não implica, muito, na questão do Rui Osvaldo; mas só para dizer a minha situação. Depois eu fui julgada à revelia, tive que me esconder; etc., etc. Mas o que eu quero dizer, é que a prisão, os dois assassinatos de dois posadistas, que foram Olavo Hansen e Rui Osvaldo, e tocaram muito fundo na nossa alma, na alma de militantes novos e de outros companheiros, para indagar o porquê, politicamente, não do ponto de vista policial; mas, politicamente, o que a gente não entendia, sendo novos, ainda, as razões da ditadura, as razões do socialismo, e as razões das ideias de Posadas.

Então, é como dizia Trotski, toda revolução avança com as chibatadas da contrarrevolução. Então, isso desperta a consciência de indivíduos, de pessoas que acordam, despertam, para ver porque é que lutavam essas pessoas, esses companheiros, que passaram, assim, como uma luz, na vida de todos nós. Então, aqui estão presentes companheiros que, de uma outra forma, participamos juntos; e seguimos participando. Eu não tenho grandes elementos – como tem o Cláudio, o Almério, todos – para identificar melhor, para ajudar mais nessas averiguações.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Helena, na época você era estudante?

A SRA. HELENA YONO – Eu era estudante da Física, na USP. Então, tanto é que na minha casa tinha uma placa, aulas particulares de física, etc.; o que, provavelmente, ajudaram a identificar a casa da minha mãe; levarem meu irmão, torturarem, ele, uma noite. Mas ele não tinha nada a ver; nesse dia 14; e bom, foi um período, assim, bastante...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu lembro de você, lá na Física.

A SRA. HELENA YONO – Você lembra? Você se lembra de mim? Eu não estou...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ô se lembro. Ninguém te esquece, tão fácil. Então, vamos lá. Então, pessoal. Eu tinha o contato, lá, com os companheiros da Física.

A SRA. HELENA YONO – É que a gente envelhece, e não reconhece mais ninguém.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Envelhece, mas não esquece. Como eu tinha os meus companheiros, lá... Já te dou a palavra. Estou vendo o encaminhamento que eu tenho que dar. Quem vai falar? Então, pera aí. Só fala o nome.

Helena, eu só quero; eu não tenho por hábito... A Comissão da Verdade não estabelece nenhum... A Comissão da Verdade, e a nossa prática, aqui em São Paulo, não estabelece nenhum divisor de águas entre quem pegou em armas na mão, e quem não pegou. Quem estabeleceu esse divisor foi a ditadura; foram os torturadores; foram os assassinos. Então, eu estou me sentindo muito incomodado, toda vez que fala que, as pessoas que não pegaram em armas, pudessem ter um outro... Eu respeito as abordagens teóricas, e tal; mas quem fez, na democracia, a resistência seguida de morte – que é o mesmo instrumento que a ditadura usava para matar os companheiros, como o Rui – isso é uma linguagem da Polícia. Isso é uma linguagem de Polícia. Isso não é admissível numa linguagem entre companheiros. Esse não é o divisor de águas; não é o divisor de águas; mesmo porque, se a gente for discutir Trotski, tem várias fases, da Revolução Russa, que se discutiu a luta armada. Então, vamos lá. Vamos parar de colocar elementos da ditadura dentro da nossa cultura, porque isso não nos unifica. Companheiro.

(Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você deu uma tremenda contribuição. Estou passando a palavra. Não, espera um pouquinho... Não vou discutir, aqui... Estamos discutindo o caso do Rui; estamos caminhando com todo... Vamos lá. Pessoal tem as suas referências, não é? Pega como encontrar.

Muito obrigado, pelo seu depoimento.

O SR. OSCAR BRANDIMILLER JUNIOR – Bom. Oscar Brandimiller Junior.

O meu depoimento pouco completa, aqui, o que foi dito, porque o importante eu acho que são, para a parte técnica, vamos dizer assim, o que já foi colocado.

A minha contribuição é do ponto de vista pessoal, de quem militou dentro da mesma organização, e tive o privilégio de conviver com o Rui. Vários companheiros – era uma regalia nossa, porque eu sou de São Paulo, tenho família aqui, em São Paulo – e vários companheiros tinham família em outros Estados; e a minha militância era, até certo ponto, relativamente tranquila, porque eu era bancário de profissão.

Eu era concursado, estava no Banco do Estado de São Paulo, então tinha uma militância sindical, e que me permitia viver com a família. E, a nossa casa, era o grande receptor de todos esses companheiros. Então, minha mãe que está aqui, também conviveu com o Rui, com vários outros militantes; a própria Suzana deixava a criança em casa, e saía para atos. E que depois, também, foram parar na OBAN, por conta disso – porque meus pais eram fiadores de várias casas que o Partido utilizava; comungavam do nosso ideal, dessa formação humanitária; e tinham um carinho muito grande...

Desculpem, pelo... Desculpem; eu não vou conseguir. Mas é alguma coisa de muito tempo, porque eu não lembro qual foi à última vez que eu me emocionei.

Eu quero dizer que a nossa convivência eu não tinha elementos, assim, da onde morava; como é que foi. Eu também fui preso; mas em 1968, ainda não havia o DOI-CODI, foi pelo DOPS, e organizando greve bancária, particularmente pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais, que é um banco que existia na época; e, depois, nessa época eu estava fora de São Paulo, porque nós fomos procurados, eu e meu outro irmão; o outro estava preso – o mais velho estava preso no Rio de Janeiro, por conta da atividade, é médico...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Qual é o nome dele?

O SR. OSCAR BRANDIMILLER JUNIOR – Primo Alfredo Brandimiller. Estava preso no Rio de Janeiro; e, aí, vieram procurando-nos em casa; a gente conseguiu escapar; e, no fim, fomos para o Rio Grande do Sul; e então, nessa época, estávamos fora de São Paulo.

Então, o que a gente tem é da convivência; e, realmente, o que o Adriano colocou com relação à resistência à prisão, o inverso não é verdadeiro – quando a pessoa está armada, pode ser morta. Esse é o absurdo dos absurdos. Então, essa é uma herança maldita da ditadura militar. E, ideologicamente, não se colocava isso. O problema da arma, ou não, era uma opção da organização, que se dedicava a criar quadros políticos; e, não, matar na linha de frente.

Tanto é que, essa, foi a crítica de 1973, de Pinochet no Chile; que não há revolução sem arma. É uma questão de momento, quer dizer, o capitalismo não vai entregar – e mostrou isso –; não é uma eleição, que elege um presidente socialista, que o país é socialista. Esse era um outro processo. Era simplesmente uma questão de momento.

O que era necessário fazer em um país continental como o Brasil, com a população que tinha, e a organização que era necessária para chegar nesse ponto; tanto é que em Porto Alegre, em 1964, o pessoal das minas de Butiá, das minas de Santa Catarina, e, lá, do Grupo dos 11, que foram à Praça – as tão prometidas armas não apareceram. Então, o problema da arma é um problema de momento; de como vai se dar o processo.

E, realmente, não há nenhum cabimento, não há esse tipo de distinção; creio que, aqui, o que está sendo levantado, só, é isso – quer dizer, ainda que estivesse armado, não justificaria a coisa. E por isso que está fora, de tudo isso que nós lemos aqui, a questão da ideologia política. Esse era o centro deles com os trotskistas posadistas. Eles sabiam bem, que nossa arma era o aparelho técnico; é como conseguia fazer, quinzenalmente, um jornal, e distribuir – Revista Marxista, e todos os outros documentos que nós produzíamos e distribuíamos. Essa era a nossa arma. E, isso, é o que eles queriam. Eles sabiam a qualidade que tinha cada um dos quadros. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Sua mãe não quer fazer uma breve saudação, mesmo de lá, de onde ela está? Não? Fala no microfone. Fala só o seu nome, por favor.

A SRA. ÉLIA MICHELAZZO BRANDIMILLER – Élia Michelazzo Brandimiller. Nós acolhíamos – como meu filho falou – em nossa casa. E foi ali, que eu conheci o Rui, e o hospedei, num determinado tempo, em que ele precisava ficar na clandestinidade. E ali, foi como um filho, que convivia ao meu lado. Participava das tarefas domésticas; levantava meu ânimo, porque eu sofria por ver meus filhos todos, dispersos; e o perigo, que eu sabia que eles corriam; embora participasse de coração, tudo aquilo que eles lutavam.

E foi assim que, na minha casa, abrigávamos muitos; muitos; a ponto de os vizinhos nos denunciarem, porque fazíamos até reuniões, em casa. E os vizinhos, temendo por serem comprometidos, eles nos denunciaram; e, foi preciso, nós mudarmos de lá. E eu fui morar no Alto de Santana, próximo a uma casa que já estava vaga, na casa da minha irmã.

E, naquele dia, que eles anunciaram o falecimento do Rui, denunciaram dessa forma – como se ele tivesse atirado, como ele foi preso e fugindo; foi uma dor muito grande, que eu senti, que, até hoje, parece reviver. E foi assim que eu termino o meu depoimento, falando da alma, do coração do Rui. Era uma alma nobre, um coração puro; ingênuo, até certo ponto, pelas ideias que eles tinham, de que o trotskismo iria transformar esse país. E é o meu depoimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A sra. quer falar?

A SRA. MARCIA URBANOVICK – Então; na verdade, eu pedi um aparte...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Fala, só, o seu nome. Fala o nome completo.

A SRA. MARCIA URBANOVICK – Marcia Urbanovick. Eu só pedi um aparte, porque o sr. se referiu como se fosse um conflito entre o que a gente está discutindo, e as

defesas, das ideias, que levaram à morte do Rui. Mas eu acho que o Oscar respondeu da forma adequada. A gente não está aqui para competir; nós estamos, aqui, para somar esforços.

E, na verdade, a minha indignação, a reação, à hora que você fez o comentário, é que eu estou conhecendo hoje, o Ciro, o Rogério, irmão do Rui; e fiquei muito comovida quando ele falou da indignação familiar em relação à acusação de que, o motivo da morte, foi porque ele reagiu à prisão, e que tivesse participado de um tiroteio.

Então, a questão da arma aqui, para mim, me pareceu muito relevante, quando a gente está dizendo – diz que discute ideias, atira, bombardeia, mas bombardeia com ideias, para politizar. Mas em nenhum momento – eu espero – é a primeira vez que eu estou participando aqui, dessa reunião da Comissão, que eu acredito, eu atesto, porque eu, também, acho que é um instrumento político na construção da democracia. Ninguém vai estar, atirando, um contra o outro; e às cegas. Essa foi minha reação; mas pensando que, pra família, ouvir dizer que o Rui reagiu a um tiroteio – eu achei que é um desrespeito não corrigir isso. Quer dizer, nós não estamos brigando, aqui, a gente está levantando os fatos pra dignidade – eu acho que, primeiramente, da família, que está representando diretamente o Rui; e, depois, todos nós, que queremos a verdade, que queremos a justiça. É isso. Obrigada.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Bom, acho que esse quadro, eu queria expor primeiro; e se alguém quiser dar mais alguma contribuição. O principal é que nós não sabemos como ele morreu. Sabemos que eles tinham uma vontade, enorme, de eliminá-lo pela capacidade, pela dedicação.

É sabido, que sempre se procuravam os elementos atuantes; e eu pediria à Comissão, também, que nos ajudasse no sentido de que captasse mais documentos junto aos DOPS; aos arquivos que estão sendo – agora, alguns estão sendo na Marinha; parece, que na Aeronáutica. Que possam ser resgatados; essas delações que foram feitos pelos inspetores, esses relatos; para que a gente possa, quem sabe, com isso – esse médico, por exemplo, é um médico que tem que ser chamado para depor, para responder como ele faz essa necropsia; quem estava com ele. Principalmente, quem estava com ele.

Então, eu pediria que algum perito, indicado pela Comissão, pudesse dar uma simples; um laudo – mais preciso – sobre essa ossada, que está lá guardada, num saco plástico, junto à gaveta da família, em Orleans; está lá, à disposição, para que isso seja averiguado.

Então, essa questão dos órgãos repressores é muito importante; porque, o Rui, ele esteve, também, no Ceará; ele esteve em João Pessoa; ele esteve aqui, em São Paulo, a maior parte do tempo; já tinha sido preso em Porto Alegre; então, eu acho que essa primeira parte, a gente pode concluir com esse apelo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Antes de você concluir, fala um pouco da família de vocês.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Exatamente. A gente vai entrar agora na segunda parte; não sei se minha irmã pode falar.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então; deixa, só, eu resolver. Como isso é uma coisa muito cara para vocês; chegou ontem, da Procuradoria da República, um documento da criação do grupo de antropologia forense; está aqui, ó; eu quero, até, te mostrar. Parece que vão levar a sério a questão das ossadas; que é um trabalho, principalmente, da Amelinha e de outros companheiros.

Eu queria te mostrar, sem interromper; digo, é uma coisa tão importante para todo mundo, e, pra vocês, em particular; está aqui. Chegou ontem, no e-mail – exatamente sobre esse assunto – que eu vou te mandar. Só um minutinho; tá aqui, ó. Vocês podem entrar em contato com esse grupo; pra gente entrar; vocês, também, como familiares.

Você pode falar Amelinha, pra me ajudar, da notícia que chegou ontem – da formação do grupo de antropologia? Chegou para você?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Grupo de antropologia?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Forense. É que chegou um e-mail da...

A SRA. – Chegou e-mail do Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Isso. Isso.

A SRA. AMELINHA TELES – Boa tarde. Eu sou Amelinha Teles; sou assessora da Comissão da Verdade; mas também sou da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

E essa luta, para que tenha um trabalho efetivo de investigação, aqui no Brasil, ela é longa, e com poucos avanços. Nesse ano nós recebemos – nós, que eu falo, é a Comissão de Familiares – recebeu uma doação da Associação Brasileira de Anistiados Políticos, para dar um apoio na investigação de ossadas. Nós temos mais de 1.000 ossadas de Perus, que estão condicionadas no Cemitério do Araçá, aqui em São Paulo; e nós temos, também, por volta de 25 ossadas, que foram retiradas da região do Araguaia, que, supõe-se, sejam dos guerrilheiros do Araguaia; aquela guerrilha que houve de 1972 a 1975.

E nós pedimos, então, como a gente tinha essa verba, nós trouxemos a Equipe Argentina de Antropologia Forense – que é EAAF; e nós pedimos para essa equipe fazer uma avaliação dessas ossadas – do trabalho que já tinha sido feito pela Unicamp e pela USP; todas as duas universidades fizeram um trabalho muito mal feito, infelizmente; e quem foi o mediador de todo esse processo, foi o Ministério Público Federal.

O resultado da primeira fase do trabalho foi ver que, por exemplo, tinha um caso que a USP disse que era do Hiroaki Torigoe; Hiroaki Torigoe foi um militante do MOLIPO – Movimento de Libertação Popular; era um japonês; era de 1,60m; e que morreu com 26 para 27 anos. E o resultado do estudo dessas ossadas, que seriam do Hiroaki Torigoe, foi um resultado que mostrou descompromisso, da Unicamp e da USP, em relação a essas ossadas.

Das 22 ossadas, 14 eram de mulheres – portanto, não podia ser Hiroaki; as outras quatro, eram de pessoas que tinham mais de 35 anos – portanto, não podia ser do Hiroaki, uma vez que ele tinha, no máximo, 27 anos; e as quatro, que poderiam ser do Hiroaki, a

descrição dessas ossadas não correspondiam aos ferimentos que o laudo necroscópico falava; então, não coincidia.

Mas, de qualquer forma, a equipe de antropologia forense se dispôs a fazer o DNA dessas ossadas; porque, antes da mãe morrer – do Hiroaki Torigoe – ela deixou o sangue, o DNA, congelado.

Agora, e nós pedimos que essa equipe fizesse um planejamento de todas essas ossadas – quanto tempo; quanto gastaria; qual o número de profissionais. E é enorme. Tem 1.000 ossadas, aqui; tem 25 lá; vão aparecendo outras ossadas; então, é um número grande de ossadas; é um trabalho volumoso. Então, nós solicitamos à equipe que fizesse um curso, porque no Brasil, gente, não tem antropologia forense.

O Brasil, que é uma grande potência, que tem desenvolvimento disso e aquilo, não tem essa matéria, não tem essa escola de antropologia forense em nível universitário, como tem na Argentina; e a Argentina, inclusive, já fez, em vários países da América Latina, ela já levou essa equipe para introduzir essa matéria.

Então, agora, parece que nós vamos conseguir introduzir a matéria, via a Equipe Argentina de Antropologia Forense; porque, se a gente tem pessoal aqui, nós podemos, até, cobrar mais; a própria Comissão pode determinar que a equipe de antropologia forense do Brasil veja essas ossadas, por exemplo, que você quer – que estude essas ossadas. Tem que ter antropologia forense fazendo esse estudo; então, nós estamos ainda no processo de montar esse curso; mas a equipe argentina ofereceu essa possibilidade. E, só para esclarecer, a equipe de antropologia argentina é uma ONG.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu estou tentando te mandar, está muito lento, mas quando terminar eu te passo as duas – tanto a do procurador federal Marlon Weichert, como o do Luis, da Antropologia Forense da Argentina – pra gente fazer um contato.

Então, vai; conclua... Obrigado, Amelinha.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Sobre essa questão, ainda, é o seguinte. Quando meus pais estiveram aqui, em São Paulo, para conseguir, pelo menos, fazer um enterro decente do Rui – quando foi aceito que o corpo estava enterrado como indigente,

houve uma liberação de um delegado; e meu pai, já muito abatido, teve que assinar alguns documentos, que ele cita isso; mas, junto a isso, juntou-se um documento – que meu pai foi, praticamente, ameaçado – de que não pudesse abrir o caixão. Ele foi lacrado em um caixão de zinco; e nós não sabemos, até hoje, se nesse caixão é, realmente, a ossada do Rui. Além disso – nós não sabemos se é do Rui, a ossada que está aí – pode ser de outra pessoa, com o mesmo perfil, as mesmas características.

Então, eu quero só citar, aqui, o nome de um elemento – que, quando foi liberado o translado do corpo, meu pai recebeu, a família recebeu esse caixão lacrado, houve uma autorização – de Dr. Fábio Pereira Bueno, diretor do Departamento de Cemitérios, um órgão do Departamento Estadual de Ordem Polícia e Social. Então, é o seguinte: “Autorizo o transporte do corpo de Rui Osvaldo, do Cemitério Municipal de Perus, para o Cemitério Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina”. Isso, no dia 17 de maio.

No mesmo dia – no dia 17 de maio – tem um telegrama da Divisão do DOPS, para o DOPS de Florianópolis; vou ler o telegrama: “Comunico V.Sa., para os devidos fins, que os órgãos de segurança dessa capital, autorizam a exumação e o transporte do corpo de Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter, do Cemitério dessa capital – Perus – para o Cemitério Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, onde será sepultado em jazigo da família. Esclareço que o finado era terrorista, e faleceu no transcorrer de um tiroteio, mantido com agentes de segurança deste Estado. Solicito a V. Sa. não permitir qualquer manifestação pública, de caráter político, no transcorrer dos funerais. O corpo deverá seguir para Orleans, nesta sexta-feira”.

(Inaudível.)

Isso foi no dia 17 de maio de 1972. Quem assina é Alcides Cintra Bueno Filho, delegado titular da Ordem Política e Social. Alcides Cintra Bueno Filho. Esse cara mandou um telegrama para Florianópolis, para que nós não pudéssemos – meu pai já foi ameaçado, aqui – para que não abrissemos o caixão, e, muito menos, que fizéssemos manifestações.

Eu deliberadamente tentei, liguei pra Florianópolis, quando eu estava em Orleans; nessa época, eu tinha 18 anos, eu liguei para Florianópolis, liguei para Criciúma, pra que

algum médico, um hospital: “Tem um médico, aí, legista? Olha; você não pode vir, aqui em Orleans?”

Naturalmente eu não saberia, por que havia muitas pessoas estranhas, na capela do cemitério, que naturalmente acompanhavam o movimento e não permitiam – não permitiriam que se fizesse essa exumação. Então, nós tivemos que aceitar dessa maneira, ainda, o corpo; enterrando o corpo, o caixão lacrado, sem saber, realmente, se era dele. Ficamos, mais uma vez, horrorizados com essa situação.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E agora que a coisa está mais sedimentada, assim, que a gente está um pouco menos emocionado, como é que foi? O seu pai pediu pra você – o seu pai estava vivo, ainda, aí você foi lá, e exumou?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Meu pai estava vivo, ainda. Não, não. Não foi feita a exumação. Quando meu pai faleceu...

Foi depois do falecimento do seu pai; que ocorreu quando?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Depois do falecimento do meu pai, que ocorreu em 1997; 1996 ou 1997, precisamente.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Posteriormente à morte do seu pai, porque é uma coisa, do ponto de vista humano, tão forte; explica como foi – você foi lá e desenterrou a ossada do seu irmão. Que ano foi isso?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – No mesmo local. Isso deve ter sido no fim de 1967, que foi o ano que ele faleceu.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Setenta? Sessenta?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Noventa e sete; 1997. Ele faleceu em 1996; no dia do aniversário, ele faleceu – um dia depois do aniversário. É, ele pediu muito isso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então. Explica, porque é uma coisa tão forte.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Inclusive isso, naquela época, nós já usamos parte do dinheiro da indenização, dada do Estado à família, já foi utilizada nesse pedido do meu pai. Naturalmente, hoje... A gente não sabia que não poderia ter feito isso, porque nós mexemos nas provas, talvez nas coisas que tinham aí; mas atendemos ao pedido dele, porque havia essa... Mas eu fiz toda essa remoção da ossada, com ajuda de pedreiros; fotografei, está tudo fotografado; sei que isso não é suficiente. Mas serve, porque um perito vai ver essa ossada...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Nenhum legista local deu uma olhada? Nem fez um...

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Não. Ninguém. Havia uma situação, ainda, de bastante comoção; e, principalmente, precisaria ser uma pessoa que tivesse um pouco de compreensão política, para entender essa situação; mesmo nessa época, agora. Mas não é o...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então, ele foi sepultado em 1972, nessa ocasião; e essa retirada dos ossos ocorreu em 1996, no cemitério de Orleans.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – No cemitério de Orleans. Estão lá, na capela da família. O corpo, pelas fotografias, se percebe que, ainda, havia sangue. Porque foi um caixão muito lacrado – isso, de 1996 para 1972, dariam 24 anos. É, mas formol; um cheiro muito... Eu tive que usar muito álcool, muita coisa, para mexer nessa ossada; tive

que descer embaixo; mas é um trabalho, uma situação, que não deveria acontecer; mas fiz a parte que meu pai muito solicitou.

Queria só terminar essa parte, porque chega a ser uma situação muito penosa para nós, aqui, a extensão dessa tortura, que se estendeu por vários anos na nossa família. Meus pais... Eu lembro, aqui, Dona Élia, do depoimento dela; que foi uma coisa muito chocante, pros meus pais. Meus pais nunca tiveram a mesma vida; nunca foi a mesma pessoa, como músico, funcionário público honrado.

Então, queria que a minha irmã falasse alguma coisa da música, da vida que meu pai sempre levou; o amor que ele tinha pela cidade, o amor que ele tinha para o filho; dizem que uma fruta não cai longe da árvore; mas havia muita troca de correspondência, entre os dois. Eu vou, talvez, entrar numa outra parte; não sei se o Deputado concorda...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Fique à vontade. Pode falar. Pode falar.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Para esse depoimento, também, não ficar muito extenso.

Nós vamos publicar um diário, um livro, sobre o Rui; suas ideias; desde muito jovem, já tinha isso muito forte, nele, essa convicção que ele possuía. Então, eu queria que, por exemplo, esse delegado, naturalmente ele deve saber – esse delegado tinha que ser convocado pela Comissão, para depor. Para ter todo esse cuidado; poxa, tinham matado o companheiro, já tinham eliminado, porque o irmãozinho, lá, de 18 anos, estudante, lá; uma irmã, na época, tinha 15, 16 anos, 12 anos, 14 anos; porque os pais, no interior, não poderiam saber se, ali, pelo menos, era o corpo do filho?

Então, é uma coisa muito dolorida, para toda a família, aceitar essa situação; podiam entregar o corpo, mesmo; podiam ter velado. Quantas pessoas, lá da minha cidade, hoje, têm essa impressão – como nós vamos num velório e vemos um caixão velado, fechado, lacrado pelo Governo. Não tinha uma doença? Tinham ideias.

Eu preparei um documento, pra ler aqui. Eu posso falar, porque, devido à emoção, eu sei que pode me carregar, aqui. Mas eu faço questão de lê-lo, depois, pra mostrar o testemunho, mais verídico, da sua capacidade, da sua interação.

Mas eu vou falar alguma coisa sobre o Rui. Talvez... Eu posso ler? Prefiro ler. É sobre o aspecto da vida do Rui – não sei se a Regina quer falar qualquer coisa sobre o Rui. O Rui é filho da Regina – sobrinho do Rui – teve esse nome devido à herança que esse irmão deixou. O Rui é formado em engenharia; hoje é músico, estudante. E tem muita sensibilidade.

Nós viemos de Curitiba, até aqui, falando sobre Cuba. Todo o processo revolucionário que aquele país vive; todas as suas dificuldades. Ele fez questão de viajar a Cuba, sozinho com seus colegas, para orientar os seus colegas; fazer um turismo político – foi o que ele fez. Isso é uma herança que ele adquiriu. Isso não tem faculdade, não tem preço, que pague essa sabedoria, esse conhecimento humano, essa preocupação que ele demonstrou, nessa viagem. Saber as dificuldades que ele viu, lá, da Ilha; o sentimento que as pessoas possuem, em Cuba. Não existe riqueza material; existe riqueza social, riqueza espiritual, riqueza de consciência. Isso é a materialização das ideias do Rui – que ele viu, lá. Que aqui, a imprensa, vergonhosa e mentirosa, não fala. A Regina foi pianista muito tempo. Tocava piano com o meu pai. E...

A SRA. REGINA CÉLIA – Meu pai era músico...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Fala seu nome.

A SRA. REGINA CÉLIA – Meu nome é Regina Célia; eu sou a irmã mais nova do Rui.

Na época, meu pai era músico. Ele era autodidata, e tocava violino; e ele compôs hinos de várias cidades da região; e ele, também, tinha uma vida católica; ele tocou órgão, na igreja principal de Orleans, durante 25 anos. Todos os domingos e quartas-feiras, ele ia lá e tocava órgão.

E teve uma certa hora, que o padre levantou, e brigou com ele. Não sei se ele tinha entrado numa hora errada, com a música; aí ele falou: “Não; agora, é hora de parar; 25 anos já está bom”. Eu não sei, até, se foi na época, não é, Rogério, porque quando o nosso irmão morreu, a igreja – o padre local falava muito mal do comunismo, do socialismo; falava de pessoas que tinham de ser mortas; tudo isso; então, ele chocou muito a nossa família.

Nossa cidade era muito pequenininha; nós, também, tivemos vários constrangimentos, como o Exército – o desfile do Exército, na nossa cidade, que vinha da cidade vizinha. Desfile, assim, com tanque de guerra. E nós morávamos na rua principal; a gente presenciou tudo isso; e meu pai falava: “Não olha na janela; não precisa olhar, porque a gente não merece isso”. E isso era feito.

E, também, boatos de que meu irmão era ladrão, tinha assaltado banco – isso, falavam. E, na época, eu tinha 12 anos, só, na escola; então, a gente escutava tudo isso, a gente ficava com vergonha, a gente ficava revoltada. E isso cresceu, muito, dentro da gente. E eu, até, depois, fazendo faculdade – eu tinha as minhas ideias, eu mudei, a cabeça mudou completamente. Então, a gente era taxada como irmã do comunista, a irmã do socialista. Qualquer coisa que eu falasse contra, “É; é a irmã”. Isso era muito comum. Mas eu sempre tive meu irmão, com muito orgulho, de falar das ideias dele. Até hoje, mesmo.

Eu sou professora de escola pública e sempre professora de história; quando fala sobre o regime militar, me chama para dar depoimento; eu falo do irmão maravilhoso que eu tive; e, sempre, eu acho que consigo passar a mensagem, consigo demonstrar, passar para as pessoas o que ele era; o que ele fez; e o que ele plantou – que ele sempre dizia que, o que ele estava fazendo, era plantar uma coisa muito... Que só meus filhos, meus netos, iriam ver um dia.

E que mais eu tenho a dizer? São tantas coisas; mas eu, também, fico emocionada. Tem até professoras que falam assim: “Puxa, nós temos uma professora, na escola, que teve um irmão assassinado durante o regime militar. Vocês conseguem descobrir quem era? Quem é a professora?” Falam para os alunos. E eles logo descobrem que é a professora de artes. Professora de arte teve o seu irmão.

Aí eu conto toda a história; de que ele era uma pessoa maravilhosa; uma pessoa que, quando vinha em casa, mandava todos os irmãos trabalharem. Não era só a mãe que tinha que fazer a comida, não era só a mãe que tinha que lavar a roupa. Todo mundo: cada um tinha que tirar o seu prato da mesa; cada um tinha que lavar o seu prato, lavar a sua louça, a sua roupa.

Ele nunca deixou a minha mãe lavar a roupa dele; tudo ele. E tudo que ele tinha, ele dava para os pobres. Ele vinha em casa e ele não tinha relógio, ele tinha sapato furado. Meu pai perguntava: “Mas como? Te dei sapato novo, te dei relógio; cadê?” E ele dizia: “Como

eu vou andar na rua vestido, bem agasalhado, com relógio, com sapato, se eu vejo mendigo na minha frente; se eu vejo pessoas mais velhas que podem até morrer de frio; eu sou jovem, eu não vou morrer de frio; eu não preciso de relógio”. Então, ele vendia, ele dava o que ele tinha para as pessoas; mas ele podia sobreviver, mais que uma pessoa mais velha. E ele viajava, ia muito para o nordeste e ajudava muito as pessoas. E as ideias dele, de pessoa socialista, ficou na nossa família.

E hoje, assim, que pena que meus pais não estão vivos para ver um Governo diferente, que a gente está tendo, hoje. Deputados como você, que estão querendo abrir essa caixa tão fechada, que não destruiu, mas mudou a família de muitas pessoas. Hoje eu vejo uma presidente Dilma, eu sempre defendo, como professora, como pessoa, como vizinha eu digo: nunca, nunca que a gente teve um Governo desse jeito. Pode ter os seus defeitos, mas é maravilhoso. Isso aí foi uma luta que começou lá, com o meu irmão. Que começou lá, com essa gente toda que está aqui; com essas pessoas que estão aí vivas, ainda, e estão vendo a diferença que está fazendo. O pobre está tendo chance de ter coisas que um rico nunca teve.

Professoras amigas minhas: “Nossa, Regina, hoje eu viajo de avião. Quando eu ia imaginar que eu fosse viajar de avião?” Uma professora; professora de escola pública. Professora tem um carro novo. Quem tinha um carro novo? Imagina, só rico. E esse socialismo está chegando; eu acredito. Isso é muito bom. Eu gostaria de falar mais um pouco, mas estou emocionada. Gostaria que meu irmão acabasse. Obrigada, deputado.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Olha; eu acho que tem aspectos curiosos da vida do Rui, que eu vou relatar rapidamente. Alguns em diferentes épocas, diferentes situações; mas é importante ter o registro do amor e do carinho que ele tinha; a consideração que o Rui possuía pelas pessoas. Eu fiquei como responsável, pela família, para coordenar tudo que tem sobre o Rui. Então, meus irmãos passaram essa confiança para mim, para que eu pudesse organizar. Eu tenho organizado todo o trabalho. Oportunamente, deputado, nós vamos ter uma publicação do Rui, que mostra a consolidação das ideias dele, já, quando ele tinha 17 anos, em Porto Alegre, em 1960.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então, como é isso? Me explica. Vocês são de Santa Catarina, e ele foi estudar em Porto Alegre?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Ele foi estudar em Porto Alegre porque, na época, Florianópolis ainda não era uma capital que tinha tantos recursos – como Porto Alegre tinha – em termos universitários. Getúlio Vargas deixou, no Rio Grande do Sul, uma tremenda estrutura. E, naquele meio político de Jango, Rui estruturou a sua concepção; vai ser muito útil, para a sua juventude, esse diário do Rui. A luta dele para ser um homem público; para deixar seu sentimento individualista, vamos dizer, pequeno-burguês, aquela coisa da pessoa pensar em si.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O que ele foi estudar em Porto Alegre?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Ele fez Sociologia e Política, e Jornalismo. Então, aí já é uma fase do Rui que ele aprofunda, principalmente, a sua estrutura. Um diário que ele faz com letras super pequenas – não dá pra ver aquilo que ele escreve, no fim da noite – mas, ele quando esteve preso, em Porto Alegre, esse livro também esteve na mão da polícia, e foram arrancadas várias páginas; mas ele conseguiu, resgatou esse livro, escreveu mais um pouco; e deixou nas mãos de uma parente nossa, em Porto Alegre.

Mas o livro tem poesia, tem situações cotidianas da vida, que nós, naturalmente quando pensamos em transformar uma sociedade, em melhorar a qualidade para um futuro melhor, não é só como a minha irmã falou – doar uma roupa para uma pessoa que está com frio na rua. Isso ele fazia sempre. Minha mãe levava uma roupa boa, pra ele, ele voltava sem; quase de camisa, e tal; o frio do Rio Grande do Sul... Era uma bondade dele; e era, tipo “reprimido” pela família. Então, tem muitos aspectos da vida do Rui.

Eu sou o menor dos irmãos; depois tem a Regina; o Rui, também, não é o primeiro, é o segundo; e nós somos sete irmãos. O Rui, quando ia a Orleans, nas suas poucas visitas que ele fazia à família, ele me obrigava a sair andando com ele pela cidade até duas da manhã; uma da manhã. Hoje, eu vejo que ele fazia isso, porque ele tinha um hábito, talvez,

aqui em São Paulo – por causa da Repressão; da clandestinidade – de nunca ir, direto, em um endereço. Andar de um bairro, talvez, ao outro; então, ele perguntava quem morava nas casas das cidades, ele se preocupava, sabia todas as pessoas que moravam naquelas cidades; aquele fulano, onde ele foi parar. Tem um aspecto muito bonito... As dificuldades; isso ele falava muito...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu queria pedir ajuda de vocês, aí da audiofonia; está estourando muito, o som; avisa lá, está pipocando muito; depois, fica... Dá uma ajeitadinha, por favor, um pouco, no microfone dele. Está estourando muito, está pipocando muito. Por favor.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Então, eu tenho que passar a minha impressão sobre o Rui; a sua impressão com relação a outras pessoas da cidade, que tinham a mesma vida que ele. Alguns tinham, já, sua vida, sua companheira, sua mulher. Alguns eram padres. Alguns já estavam formados, muito bem, na vida; tinham seu carro.

E quando ele ia à cidade, eu sentia que ele percebia isso com muita alegria, abraçando os colegas, porque ele estava envolvido, já, na causa, ele já estava aquém. Ele dava risada, quando chegava em casa, sobre um padre que ele procurava; e o padre não respondia as cartas. A que vai levar essas missas? Para onde vai levar, essa sua causa religiosa?

Eu era estudante de Florianópolis, do ensino médio, e ele apareceu várias vezes na escola pública me visitando; quase sem dinheiro, escondido; e muito rápido; as duas vezes que ele esteve lá, ele foi dali para Porto Alegre; foi de carona. Não sei como ele conseguiu a passagem; talvez uma boa conversa com as pessoas da empresa de ônibus; ele foi em pé. O ônibus estava lotado, e ele foi em pé, no frio; mas ele tinha que ir a Porto Alegre, ele não quis ficar ali.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu não sei se te ajudo ou se te atrapalho, mas eu queria entender. Ele começou a ter contato com as ideias socialistas em Porto Alegre; tanto é que, quando ele voltava para casa, você já sentia que ele tinha um

nível de engajamento. Aí, foi o primeiro contato, da universidade; ele fez todos esses cursos a que você se referiu; e, aí, ele teve contato com o PORT; é isso?

Isso aí vocês; quer dizer, vocês eram mais novos, à distância; e não era tudo que ele contava, evidentemente.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Em 1964 a 1965, foi o ano decisivo na vida do Rui; porque, inclusive, ele encerra esse diário, entrega para essa minha prima; aí ele se torna militante do PORT.

Mas veja bem; o Rui manteve, durante esse tempo todo que teve em Porto Alegre, muita correspondência com a família. Ele fazia muitas cartas – nesse papel fininho, que, às vezes, precisava comer, para a Repressão não pegar. Cartas muito grandes; muito grandes. Falando do processo revolucionário, a defesa do brizolismo, a defesa do Jango; e da defesa do posadismo; porque, até então, ele era trotskista; mas aí ele conheceu o pensamento revolucionário posadista, e ele assume, em todas essas cartas, essa posição.

Ele assume a União Soviética; via-se uma clareza de postura; e ele queria que a família soubesse daquilo. Infelizmente, eu tenho que dizer para vocês que eu tinha 10 anos de idade; eu li todas essas cartas; mas meu pai mandou que eu queimasse todas essas cartas. Eu me lembro de uma por uma, tocando... Meu pai tinha aquele fogão à lenha: “Queima, queima, antes que chegue alguém; isso é perigoso”. Nós podíamos ter escondido, enterrado; seria um arquivo fenomenal; porque, ali, era a abertura dele para assumir essa posição que, todos nós, conhecemos depois.

Então, o Rui tinha essa... Quando eu era criança, ele esteve uma vez na minha casa; das poucas vezes que ele esteve; ele jogava, muito bem, bola. Ele jogava bola. Nós éramos três irmãos; e ele jogava, quase que sozinho contra nós três. Eu era o menor, e era eu e ele contra os dois. Mas nós jogávamos muito tempo, porque ele sabia brincar.

Nós temos uma fotografia, que nós vamos postar na internet – a última vez que ele esteve em Laguna, nos visitando, e está correndo na praia – mas sempre demonstrava muita alegria, muita confiança. Era uma alegria incontível; sempre nos transmitia.

Ele nos fazia ouvir música, Brahms, Beethoven. Depois do almoço, todo mundo tinha que se deitar, na sala, para escutar seus discos de vinil – clássicos. Então, nós ficávamos, ali, por duas horas; eu era criança, era uma coisa legal, não era chato; nós

ficávamos, ali, adquirindo aquela situação. Todos os irmãos deitados – ele se deitava no chão – pra ouvir Beethoven. Esse era o ambiente que ele procurava trazer pra família.

Tanto que, no diário dele, ele escreve bastante sobre música; sobre artistas soviéticos, que ele conseguia – ele tinha dedicatória, nos discos, e era para tomarem todo cuidado possível, porque aquilo era um patrimônio, dos concertos públicos, dados em Sofia. E ele explicava aqueles concertos, o que era aquilo. Mas o Rui não passava pra nós... Era sempre uma coisa muito natural, muito espontânea; a vida dele era isso.

Uma vez, ele esteve na minha casa – a gente sempre teve um reservado, atrás, um paiol –; então eu estive lá, com ele; e tinha uma máquina de escrever em cima daquela estante – daquela prateleira, que servia como mesa – e eu vi que ele, “Cara, deixa eu ficar aqui, sozinho, que eu quero escrever; quero fazer alguma coisa”. Então, eu saí, fui lá pra baixo, brincar – eu tinha, acho, que uns 10 anos – e, quando eu voltei, olhei pela porta da janela, empurrei um pouquinho a porta; então, o Rui tinha se tornado, como o pai – o pai dele – um excelente datilógrafo. Então, tinha uma janela, um pé de orvalho; um paiol bem alto, assim; então, ali, escutei aquele som: “tatatatata”; quer dizer, eu deduzi, parece que sabe o que está fazendo. Uma coisa, assim, inconsciente. Mas era uma carta, pra algum companheiro; uma coisa que ele estava escrevendo, à máquina, muito rápido, mas sem parar; sem parar. Quer dizer que, mesmo ali, na família...

Em Laguna – quando ele esteve em Laguna, da última vez – nós perguntamos a ele, “Rui, porque você não fica aqui, mais uns dias, com a gente? Fica aí”; “Olha; eu preciso ir”. Ele tinha roupas boas, aquele dia; sabe, assim, uma trouxa, que eu vi que ele tinha roupas... Ele falava, muito, de contato com artistas, que ele teve; então, ele disse que tinha que ir: “Se eu não for alguém vem, aqui, me buscar”. Que, naquela época não tinha telefone, não tinha... Se ele demorasse mais tempo, sugeria que era a Repressão. Isso foi em janeiro de 1972. Quatro meses, antes de ele ser eliminado.

Então, nós passamos por situações – a nossa família; no caso, a família – que eu era músico, na época; eu abandonei tudo, porque ele já me ironizava, me mandava conselhos, “A que vai levar esse ‘rock and roll’; isso não vai te levar...” Ele queria, sempre, escrever uma carta; mas ele, naturalmente, vendo o que significava aquilo, para o progresso – para o meu progresso. Era uma música; eu não tinha nada contra, nem ele; mas, naturalmente, ele tinha coisas mais importantes pra me falar.

E, sinceramente, eu abandonei a música, logo depois; abandonei tudo; porque eu sabia que não era... Aí, vim pra São Paulo, pra conhecer os companheiros do Rui. Levei tempo pra encontrá-los. Fui enganado, por alguns companheiros, trocando posições políticas adversas. Custei a encontrar. Marquei alguns encontros; não foi possível; eu sabia da situação. Mas encontrei, depois, no PT, do qual eu me orgulho de ter ajudado a fundar.

O Rui esteve uma vez em Curitiba – algumas vezes que ele passou lá, inclusive para encontrar um companheiro. Ele foi numa procissão – essas procissões religiosas – em Araucária, que é uma cidade onde tem um polo petroquímico, da Petrobrás; ele foi numa procissão, pra conversar com o companheiro, enquanto, talvez, fizesse de conta que estivesse rezando; mas ele tinha que encontrar aquele companheiro. Nunca soube quem fui; nunca imaginei quem ele pudesse ter encontrado, em Araucária.

Nossa família – as cartas que chegavam àquela família, muitas delas eram abertas. E ele pedia, nas cartas, que não mandassem para o remetente; porque o remetente, também, tinha que ser fictício, porque era na clandestinidade. Mas, à vezes, chegavam cartas. E ele cobrava, muito, respostas.

Ele participou, desde jovem, de grêmios estudantis; ele foi nomeado tesoureiro, num grêmio estudantil.

Ele cantava – nas vezes que estive aqui, em São Paulo, com ele, ele cantava músicas revolucionárias, no carro. À noite, quando nós saíamos para passear, nos bares, e ele cantava dentro do carro, “Bandera Roja”. Cantava músicas revolucionárias: “Estamos prisioneiros, carcereiro...” Ele disse que esteve preso, e cantavam essas músicas, do uruguaio Daniel Vigliette.

Então, o meu avô – só para concluir – quando o Rui já militava; logo no início, que ele foi pra Porto Alegre, o meu avô de Orleans – que, inclusive, ele foi prefeito da cidade; na época já era comerciante, ou coisa assim – a história, do Rui, está muito ligada à história dos meus avós.

A minha avó fazia peças de teatro, de conteúdo – como é o nome desses... – viajava pelo interior de Santa Catarina; era fotógrafa; ousada; no carnaval fazia muita... Então, o meu avô fez uma carta, pra ele, pedindo: “Meu neto, não se meta em política; é muito perigoso”. Subestimando, ou, talvez, protegendo, autoprotegendo: “Pode ser eliminado; podem te matar”. Essa carta eu não tenho; mas é uma carta... Essa carta – é muito bonita a

resposta, que o Rui dá, para o avô; muito respeitosa; falando da... Essa carta, acho, deve estar aqui, nesse dossiê. Mas se não estiver, posso lhe enviar. Uma carta muito respeitosa, e muito inteligente – do ponto de vista humano – porque ele fala para o avô: “Meu avô, você já fez a sua parte. Suas armas já estão recolhidas”.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Depois do Golpe?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Depois do Golpe. Antes do Golpe. Isso foi antes do Golpe de 1964.

Então, é uma carta que já foi lida, em vários lugares públicos. Então, o Rui queria devolver – na carta, o que ele fala era da responsabilidade dele, como estudante público, pago pelo povo – pra devolver, para o povo, aquele privilégio, que ele sentia, de estudar numa universidade.

Hoje, o nosso Governo quer estipular dois anos, para um estudante – pago pelo povo – para ceder dois anos, do seu conhecimento; ganhando, ainda, um salário. É uma medida inteligente. O Rui já fazia isso, sem que ninguém pedisse. Então, ele já começou a atuar politicamente.

Neste livro, neste diário do Rui, ele se prepara muito, inclusive, para a morte. Tem uma poesia chamada ‘Morrer’, que eu li no dia em que nós o baixamos no túmulo. Fala de morrer. Morrer longe da família, morrer longe da amada; pedindo para que a enfermeira, ou qualquer pessoa, fosse sua mãe. Pedindo para que o irmãozinho continue sua obra. Isso eu vim entender mais tarde.

É um diário bastante comovente do ponto de vista humano, porque não tem política; tem conceitos humanos de vida. Então, eu quero publicar isso. Eu acho que esse documento do Rui, esse diário negro que ele fala, porque o livro é um livro negro, o nome não é um nome muito bom, mas como esse é um livro desses numerados, que se compra para áreas contábeis, ele colocou o nome de “livro negro”. Mas é um livro onde ele bota sua alma. Ele converte a sua identidade, a sua nova identidade. Por isso, quando nós falamos Marcos, ou Vinícius – que era o nome que ele adquiriu – aí era a identidade do camarada.

Então, a minha família, em Santa Catarina eu era estudante, em Florianópolis – eu passei por muitas situações, que, até hoje, a gente fica lembrando – que foram situações de

acompanhamento da ditadura. Eu era um simples estudante, em Florianópolis. Eu me lembro de uma viagem, que eu fiz de Florianópolis a Tubarão, e uma pessoa sentou do meu lado; e eu desabafei muita coisa com ele, com essa pessoa. E depois, quando eu cheguei em casa... Eu falei do Rui, que era assim... Ele já tinha morrido. Então, mesmo depois da morte do Rui, houve outras situações assim, para saber o que, ainda...

Houve uma pessoa, que frequentou a nossa casa por algum tempo – que eu tenho, lá, minhas dúvidas – que era para dar conselho para a família: “Não; o Rui está em bom lugar; vocês não precisam se movimentar muito”; uma coisa assim.

Na Prefeitura de Orleans – eu não sei porque era comum em todo país, isso – mas houve um órgão da ditadura, de militares, instalado na Prefeitura de Orleans, com obrigações militares; não era para contratar ninguém.

O que eu mais senti na minha juventude, na minha infância, foi quando eu era criança e estava brincando embaixo de um cinema, na cidade, e eu estava brincando com uma espada; eu estava com uma espada. E um elemento, de repente: “Olha; chegou, aí, uns tanques do Exército”; então, do lado da igreja, pararam uns 10 veículos militares, inclusive tanques de guerra; caminhões; pararam do lado da igreja e então, aquela arma, para mim, aquela espada de plástico, colorida, eu tentei esconder, eu levei pra casa, aquilo, escondido. Eu estava a umas duas quadras de casa; e levei aquilo para casa escondido. Quer dizer, era o reflexo do que a gente passava dentro de casa; talvez porque, em Criciúma, também havia grande – os estados do sul; em Santa Catarina, principalmente – onde houve maior resistência ao Golpe militar. Os mineiros de Criciúma se acomodaram, com armas, dentro do sindicato, para resistir ao Golpe de 1964. Coincidentemente, talvez não fosse somente essa ação, voltada para chegar a Criciúma.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Os mineiros do carvão?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Os mineiros do carvão.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A mina era estatal?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – A mina, na época, era estatal. Carbonífera próspera, de Criciúma. Na época de Getúlio foi criada essa companhia; e, depois, foi totalmente desativada.

Mas essa atitude, esse gesto militar, em Orleans, muito próximo da minha casa – e me guardou muito, isso. Me deixou muito pensativo, durante muito tempo – por que eu fiz aquele gesto? Eu era criança, brincando; tive que esconder aquela arma: “Vão, cada um, para a sua casa”. Essa era a intimidação do país; intimidar seja quem fosse.

Meu pai era funcionário público; mas ele abriu mão de falar, de expressar sua opinião; e se calar, em muitos episódios da cidade; que, quando há um episódio na cidade – político – ou algum acontecimento, as pessoas, normalmente, opinam; ou vão até à Rádio, ou vão até a Câmara de Vereadores; houve atos em consequência da ditadura; e, na minha cidade, também houve.

Houve, lá, uma desocupação de um hospital; houve muitas coisas, na cidade, que – o radialismo da cidade, que era controlado por grupos que dominavam a opinião; a opinião do dever cívico; dessa cartilhinha que foi instituída, obrigatoriamente, nas escolas. Educação moral e cívica.

Então, eu acho que meu pai – é engraçado, que tudo isso meu pai escrevia. D. Élia, eu tenho caixas, muito material guardado; meu pai não tinha gravador, mas ele procurava os jornais, arquivava tudo aquilo, guardava tudo aquilo. Meu pai era brizolista, gostava muito de Juscelino e Getúlio Vargas. Então, a extensão dessa tortura, para a família foi muito grande. Minha mãe sempre dizia que o Brasil seria muito diferente, se não tivessem eliminado essas pessoas. Então, veja; eu tenho muita responsabilidade, aqui, deputado; companheiros...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O que sua mãe falava?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Que o Brasil seria muito diferente, se essas pessoas não tivessem sido eliminadas.

A família sofreu muito, porque também havia opiniões diferentes dentro da família, e dentro da cidade. Mas, uma coisa, é o diálogo. Então, a soberania; o que o Rui transmitiu para nós, consolidou; tanto que eu me orgulho de estar aqui presente; de defender suas

ideias, para que isso seja de exemplo. Porque ele queria, muito, que suas ideias continuassem; que respeitassem e, pelo menos, escutassem o que ele tinha feito, na sua contribuição. Então, eu vou... Não sei se a Regina quer falar, mais. O Rui quer falar alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O Rui vai falar? Ei, amigo, fala um pouquinho, vai.

O SR. RUI PFÜTZENREUTER DIRENE – Boa tarde. Meu nome é Rui Pfützenreuter Direne. Tio Rui é uma figura muito presente na vida da nossa família. Na minha e na dos meus primos, também; eu estou aqui, também, representando eles. Meu avô teve sete filhos; e nem todos eles concordam com tudo. Mas, especificamente, eu acho que nós temos só um tio, que discorda de tudo que o tio Rui veio a trazer para a gente; e os outros, no geral, concordam.

O que eu posso dizer é que, dentro dos primos que eu tenho mais afinidade, as ideias do tio Rui permanecem vivas. Mas, acho que a gente, até, conhece pouco sobre ele, sobre as ideias dele, inclusive. Mas, de forma geral, ele trouxe muitas coisas positivas para a gente. Desde que eu me conheço por gente, eu ouço falar do tio Rui; e é o tio, provavelmente, mais citado; a gente ouve falar nele, como se ele, ainda, estivesse vivo; mais, até, do que os tios que estão vivos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Rui, fala um pouco mais perto do microfone. Vem um pouquinho mais para frente; e fala mais perto do microfone. Porque os microfones, aqui, são antigos; e se você não falar na frente dele, ele sucumbe.

O SR. RUI PFÜTZENREUTER DIRENE – Então, nós temos interesse por política, por assuntos deste tipo, por assuntos sociais. Achamos uma pena que, hoje em dia, no país, a maioria das pessoas esteja descrente, e, até, de certa forma, influenciada pela mídia, e por outros meios. Estejam descrentes na política; porque eu acho que é isso que os maus políticos – que têm os interesses financeiros, aí – querem: que a gente esteja desinteressada.

E conhecer a história do nosso tio é uma porta de entrada para isso, sem dúvida. Nossa família é muito influenciada por música. O meu avô era compositor, e o tio Rui também, pelo que foi contado para a gente, sempre influenciou nossos tios mais novos que ele – a música.

E tem uma história, um fato curioso, que influenciou muito o meu gosto pela música; que é uma história que é, um pouco, ponto alto; porque, todas as pessoas que o conheceram, nunca ninguém pôde confirmar essa história; mas é uma história que foi passada pra gente; desde pequeno, eu sempre tive muita curiosidade de saber mais sobre isso. Que ele contou, se não me engano para uma tia dele, que ele tinha contato em Porto Alegre, que ele já foi à casa do Chico Buarque; e o Chico Buarque abriu a casa dele, abriu o guarda roupa para ele, para ele levar roupa; não sei se era para a militância; provavelmente, seria. Não sei se essa história é verdade; mas essa história teve uma influência, muito grande, na formação musical.

Eu não sei se isso é relevante para investigar o que aconteceu, mas eu acho muito bom que ocorra essa investigação, porque a gente tem muita curiosidade de saber o que aconteceu na ordem cronológica, desde que ele deixou de ser estudante, até à morte dele. É um período que a gente não tem nada muito preciso, assim, que ano ele passou em cada lugar, para quais lugares ele foi – a gente ouviu falar que ele esteve em São Paulo e no nordeste – não sabemos se ele foi para outros lugares.

Temos pouco contato, também, com as pessoas que o conheceram na época; isso é muito legal, esse ambiente, aqui, agora, de ter esse contato com essas pessoas; gostaríamos também de ter contato com quem está investigando, para sabermos, ficarmos atualizado das notícias; porque, provavelmente, os casos das outras vítimas, também podem levar pras dúvidas que a gente tem, e o nosso caso também esclarecer a dúvida de outros. São as peças de um quebra-cabeça, que deve ser montado – remontado.

Nós achamos muito importante essa atitude, que o Governo teve, que é de buscar os responsáveis, de correr atrás de uma possível punição; acho que essa punição seria ideal porque, no meio em que eu vivo, na sociedade em que a gente vive, lá no nosso nível social – principalmente Curitiba, que é uma cidade conservadora – a gente ouviu muito falar nessa ideia que a ditadura veio para tirar o Brasil do comunismo; e que, se não fosse pela

ditadura, o Brasil seria uma grande Cuba hoje; e toda essa história que a gente sabe que não é bem assim; muito pelo contrário.

Então, eu acho que uma posição do Governo, da Justiça, de punição a essas pessoas, seria muito importante. Porque, como foi feito na Argentina – a gente vê muita imagem das pessoas sendo julgadas – acho que isso é uma coisa muito relevante, pra levar essa notícia às pessoas; quem foram as pessoas – elas estão sendo tachadas, na história, como uma coisa meio vaga.

O SR. – Nós; não é.

O SR. RUI PFÜTZENREUTER DIRENE – O que os estudantes, hoje, veem nos jornais, nos meios de comunicação, como é que foi essa história. É isso. Eu queria agradecer a todos que estão investigando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você está morando em Curitiba?

O SR. RUI PFÜTZENREUTER DIRENE – Sim, moro em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Mas a família continua, lá, em Orleans.

O SR. RUI PFÜTZENREUTER DIRENE – Não. Só tem um tio que mora em Orleans. E, nós, moramos em Curitiba, com mais uma tia – eu, o Rogério, minha mãe, meu pai, e tal; e temos um tio que mora em Blumenau, e, outro, em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Muito bom. Empresta, um pouquinho, o “tablet”, que tem duas justificativas da Derlei, que não pôde vir, lá da Comissão da Verdade de Santa Catarina.

Nós é que pedimos desculpas; porque tinha tanta gente interessada em vir aqui, hoje; mas como nós temos essa sequência de depoimentos; porque até queria contextualizar, direito, para vocês entenderem o nosso trabalho.

Esse livro, ou aquele outro – que a família, também, está recebendo hoje – esse, foi feito pelo Governo Federal, no tempo do Paulo Vannuchi; ele está digitalizado todinho. Abre a página do Rui, aqui, por favor, Vivian. E, aquele, lá foi um trabalho dos familiares – o que está com o companheiro, lá.

Então, eu tenho várias justificativas de companheiros que não puderam vir, hoje, aqui; que são os companheiros também, que estavam na organização do ato do Olavo Hansen. Então, isso é uma coisa – a justificativa da Derlei. E tem um outro companheiro, o Túlio Vigevani, que, também, justificou que não pôde vir.

E, também, tem aquele negócio da antropologia da Argentina, que eu estou tentando passar o e-mail. Viu Vivian; me ajuda aqui; abre e pega os e-mails dele – esse aqui, do Luis Fondebrider, da Argentina; e do Marlon – passa para eles, porque aqui não conseguiu passar.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Deputado, eu gostaria do depoimento da Marta, que ela conviveu, conheceu o Rui. Inclusive, o seu irmão trabalhou com ele, aqui em São Paulo, na fábrica.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vem pra cá, Marta. Senta aqui, que é melhor.

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Eu sou irmã do Rubinho.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você é irmã do Rubinho?

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Lógico. Assessor do José Mentor.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ah, você é irmã do Rubinho. Senta aqui. Vamos lá. Fala o seu nome, completo.

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Meu nome é Marta Maria Rodrigues Costa; e eu sou socióloga, também.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você é irmã do Rubinho...

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – O Rubinho – o Rubinho, do José Mentor.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ah, do Ipiranga. Está certo.

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Do Ipiranga; isso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – É que eu estou tão emocionado, aqui, que até...

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Até, eu estou falando isso, porque a família tem uma certa tradição militante, na política. Meus irmãos – e eu, também, fui membro do PORT. E esse meu irmão, que trabalhou com o Rui, eles trabalharam na MWM, na fábrica.

O nome do irmão é Rommel Pinheiro Costa. Trabalhou na MWM, junto com o Rui; e eles, quando trabalhavam juntos, o Rui passou a frequentar a minha casa. Eu tinha o quê, 19 anos; e participava de um grupo de jovens do Bairro Jardim Primavera, que fica em Santo Amaro, próximo à Capela do Socorro.

E, olha que coincidência; o Rui frequentava minha casa; a gente não tinha muita noção da política, não conhecia nenhum militante posadista – do PORT – nessa época; mas quando, nesse período, começaram a cair os companheiros, começaram a ser perseguidos, não é, foi em 1972, começou muita gente a ser presa, do PORT e de outros partidos; e alguns companheiros foram para lá – com a ajuda do padre – que foram perseguidos;

inclusive o Oscar; não é, Oscar; ele frequentou; o Neto – lembra o Neto, que participou do ato?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Do Sebastião Neto.

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Sebastião Neto foi um dos que ficou na Igreja, escondido, lá.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Qual igreja?

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Na Paróquia do bairro. Não lembro. Você lembra o nome da paróquia?

A SRA. – Paróquia Santa Ana.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Santa Ana.

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Paróquia Santa Ana, no Jardim Primavera. Tudo Jardim Primavera.

E, nesse período que eles foram perseguidos – em seguida, eu fiquei sabendo que o Rui tinha sido assassinado; só que eu não tinha feito uma ligação de que, esses companheiros que estavam escondidos na Igreja, eram companheiros do Rui.

Então, foi muita coincidência; e aí, a partir daí, que eu fiz contato com o PORT. Eu, sendo militante do grupo de jovens, passei a conhecer os companheiros, e a participar das células, fazer um funcionamento político com esse partido, e, a partir daí, no movimento sindical. Eu, também, fui presa – em 1974. Fiquei 18 dias detida no DOI-CODI. Quer dizer, não era o DOI, era a Operação Bandeirante.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Em 1974? Quando?

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Em fevereiro de 1974.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Em que processo?

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Foi na prisão da Oposição Sindical Metalúrgica; eu era militante da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Do Waldemar; da Maria Nilda?

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Não. Isso foi junto. Mas, na verdade, foram presos alguns companheiros de várias correntes políticas – do PCdoB, da AP – e um desses companheiros, que era vinculado à AP, que fez a denúncia; que denunciou que eu tinha contato com o PORT; aí, eles foram, em casa, me buscar. Isso foi no final de fevereiro de 1974.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você foi presa na OBAN.

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Na OBAN.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quantos dias?

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Fiquei 18 dias.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Foi torturada?

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Fui. Fiquei 12 dias, incomunicável.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Lembra por quem?

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Capitão Ramiro – era capitão, ou coronel Ramiro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Capitão.

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Capitão Ramiro. E Oberdan – ou um outro nome, assim. São os dois...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Conheceu o Ustra?

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Nem viu?

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Nem vi. Se vi, não me lembro. Mas a figura mais terrorista, ali, era o capitão Ramiro. E... Bom, passei por várias equipes, aí, de torturadores. Eram três equipes.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Dezoito dias. Foi para o DOPS, fazer cartório? Ou saiu direto?

A SRA. MARTA MARIA RODRIGUES COSTA – Não. Não. Saiu direto.

Eu quero saudar; fazer essa saudação a essa atividade, maravilhosa, que vocês fazem, deputado. E também saudar os companheiros que estão aqui presentes. O Rogério; feliz de ter conhecido, também; ele é um bom violonista, toca violino muito lindo; e participamos juntos da formação do PT, no Jardim Primavera.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quanto tempo, não é.

Bom. Deixa eu, só falar uma coisa. Você sabe que a sua mãe tinha muita razão. Eu até pedi para trazer esse livro; eu sempre falo o número – quantos companheiros, assassinados, têm aqui?

A SRA. – Quatrocentos e trinta e sete.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – São 437; que, oficialmente, foram mortos, pela ditadura, na resistência política. Então, independente das organizações, das origens, sua mãe tinha razão. Eram pessoas especiais.

A Repressão era muito... Não que entre os sobreviventes não tenham pessoas – pelas pessoas que foram presas, torturadas, e que sobreviveram, não tem pessoas incríveis; mas pode estar certo que, entre esses todos, eles tinham muito apuro. Muito apuro. E em eliminar; eliminar aqueles que eles consideravam irrecuperáveis – que tinham dedicado sua vida à luta – eram condenados à morte. Eram condenados – de armas na mão, ou sem armas na mão.

Porque, o que o levava à morte, não eram as armas – eram as ideias, eram os seus pensamentos; isso era o que os condenava à morte. A justificativa de ter armas ou não, na mão, era um pretexto para matar – do mesmo jeito que eles fazem hoje.

A resistência seguida de morte, que os meninos da periferia – que eles matam de madrugada, encapuzados – a justificativa é que os meninos tinham uma arma na cintura, uma arma na mão; e, por isso, tinham que ser condenados à morte. É o mesmo discurso da ditadura, que não acabou.

Então nós, aqui, da Comissão da Verdade, temos muito orgulho – embora reconheçamos que não tivéssemos feito uma sessão com todas as pessoas que gostariam de vir aqui, hoje, depor, acompanhar. Mas dentro das nossas rotinas, e do número de audiências que nós temos que fazer – porque, aqui em São Paulo, são 154 casos; de todos esses nacionais, são 154 – então, nós temos uma responsabilidade muito grande.

E, é lógico que nós vamos retomar essa questão do Rui; e, por isso, nós fizemos tantas perguntas. A Thaís, até, me preparou um texto, aqui; que eu tenho, aqui, um script. Que é: ‘A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo acolhe o pedido da família de esclarecimento das circunstâncias da morte de Rui Osvaldo Pfützenreuter; e, também, a retificação do atestado de óbito’.

Então, eu queria que vocês fizessem as suas considerações finais; suas palavras; para que a gente pudesse caminhar para o encerramento. Não sei se você vai ler um texto...

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Deputado, rapidamente, eu tenho que ler esse texto aqui...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Fique à vontade.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Isso aqui é uma afirmação política das ideias de Rui. Eu chamo, aqui, a resgatar...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Cadê o menino? Era bom que você ficasse conosco, aqui.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Rui. A resgatar a verdade histórica do militante Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Posso fazer um pedido? Nós estamos terminando, a câmera vai gravar. Será que sua mãe podia vir aqui, pelo menos na hora de ele ler o documento, para ficar conosco, aqui? Por favor? Eu queria fazer esse pedido. A Senhora não precisa falar nada; é só ficar aqui, ao lado do seu filho.

Ah, tem dificuldade? Então, deixa; desculpa. Ela está tentando vir pra cá. Desculpa. É que eu quero só fazer uma imagem de vocês todos, juntos. É importante. É que ela está dando a volta para ficar aqui, ao lado do filho dela. Aquela senhora. Só um minutinho.

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – Eu titulei um documento, para registrar nessa Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, porque eu me preparei para isso.

Então, eu vou ter que ler; porque, dada a emoção que eu possa adquirir aqui, eu preciso deixar isso registrado de forma escrita, para contribuir com a progressão e a organização dessas ideias, que devem ser meu testemunho mais forte desse momento – e da minha família.

“Resgatar a verdade da contribuição histórica do militante Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter, dirigente do PORT – Operário Revolucionário Trotskista Posadista.

As condições, em que se produzia o material para recuperar toda a memória sobre a trajetória da vida militante do revolucionário, de meu irmão, Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter são, como podem calcular, bastante precárias. Pois a ditadura, além de tê-lo eliminado fisicamente, buscou destruir documentos, registros; intimidando, ao máximo, companheiros, amigos e familiares; para apagar o exemplo de dignidade e dedicação de Rui; a luta pela transformação social no Brasil e no mundo. Não conseguiram.

Nós estamos aqui, seguindo a mesma luta de Rui – assim como milhões de revolucionários em todo o mundo. Por isso, saúdo o trabalho dessa Comissão da Verdade; porque atua para reconstruir a verdadeira trajetória de vida de todos aqueles que deram as suas vidas pela construção de uma sociedade justa e solidária. Na qual, exemplos de revolucionários, como Rui e tantos outros, fica para sempre como padrão ético e estímulo de luta para as novas gerações; que, informadas corretamente do heroísmo e do desprendimento digno dos que caíram em combate, terão valores e referências, as mais elevadas, para continuarem essa mesma luta.

Quem deu sua vida pelas ideias; quem possuiu uma causa – adquirida através de anos de preparo, de leitura, de pesquisas, de discussões – estavam baseados em horizontes, e razões muito claras, de construir uma nova sociedade.

Em determinado momento, a luta era pela transformação; porque serviria para ganhar terrenos; mas, fundamentalmente, não era, somente, uma revolta contra a ditadura. Mas pelo quadro crítico e de atraso, em que os domínios econômicos e culturais estrangeiros se enraizavam mais fortes, na nossa pátria, e em toda nossa América Latina.

Rui Osvaldo, estudante de jornalismo, iniciou seu envolvimento político no meio universitário; naquela Porto Alegre efervescente, onde o nacionalismo de Vargas voltava, acentuadamente, nas ações de Jango, e na resistência de Leonel Brizola.

E, por meio da Campanha da Legalidade, promovendo uma exemplar aliança cívico-militar, levantando todo o povo gaúcho em armas, em defesa da posse de Jango, na Presidência – seu legítimo herdeiro, face à renúncia de Jânio Quadros.

Nesse ambiente de muita vida política, Rui Osvaldo, que estudava jornalismo e sociologia política na URGS, carregava consigo, por este fato, a responsabilidade de devolver, ao povo, o privilégio de ter conseguido ingressar na universidade pública.

Estudou muito, leu muito, adquiriu amplo conhecimento e bagagem cultural; e, entre 1964 e 1965, conheceu o Partido Operário Revolucionário Trotskista Posadista, o PORT-P. A porta que lhe permitiu desenvolver grande maturidade política, além de satisfação humana e ideológica – como constatamos na convivência com ele – que lhe acompanharam pelo resto de sua vida.

Todos aqueles que o conheceram, militaram com ele, e mesmo nós, familiares, comprovamos como Rui, na vida cotidiana, demonstrava grande determinação e centralização nas tarefas de construção da Quarta Internacional Trotskista Posadista.

Além disso, o seu relacionamento com os familiares e amigos era sempre marcado por gestos de fraternidade e simplicidade. Tinha sempre grande preocupação por criar um ambiente de elevação cultural, debatendo o sentido e o significado de filmes, de músicas, descobertas científicas, livros, personagens da história e suas ideias – como Beethoven, Freud, Mozart.

Dedicava grande atenção à música clássica, destacando a sua enorme admiração pela 6ª Sinfonia de Beethoven, conhecida como ‘A Pastoral’. Expressava, ainda, grande preocupação pelos artistas da URSS, como o pianista Sviatoslav Richter. Sempre que podia, buscava convencer a família, normalmente com sucesso, a concentrar-se na audição das grandes obras clássicas.

Deve-se resgatar seu conteúdo, para que sobrevivam suas ideias; e suas publicações, que eram produto de sua aplicação de íntegra conduta, sabiamente vividos em seus poucos anos de vida; em plena convicção, enraizadas desde sua juventude. E, consciente, construiu e estruturou-se na missão de ter um bem público, desprovido de ambições pessoais, para deixar essa inestimável contribuição, edificada na sabedoria, com participação disciplinada, em um funcionamento centralizado, vigoroso, coletivo e partidário.

Rever suas ideias, e as de sua equipe, com a qual atuava, é tarefa importante desta Comissão. Avaliar o conteúdo; o que, em determinado momento, se discutia. Rui Osvaldo deixou inúmeros escritos, que coloco à disposição desta Comissão da Verdade, sobre os temas políticos centrais daquele período do Golpe Militar – do pré-Golpe Militar de 1964.

Em seus escritos, revela as posições do PORT posadista, de apoio crítico ao nacionalismo revolucionário de João Goulart; de apoio à Revolução Cubana; da construção do partido operário baseado nos sindicatos; e da função histórica da União Soviética.

A primeira prisão de Rui deu-se, exatamente, por realizar atividades de resistência ao Golpe de 1964, ainda em Porto Alegre. Tinha, então, 20 anos. Mesmo assim, quando meu pai foi procurá-lo na prisão, um general, que comandava as operações, lhe disse: ‘Ele é um jovem muito avançado para o seu tempo. Está, 50 anos, à frente. Vai ter que ficar preso mais tempo’. Registrou seu Vadico, da fala do general sobre seu filho Rui.

Rui, tal como seu camarada Olavo Hansen – também militante posadista, assassinado em maio de 1970; e, também, pela OBAN – estava vinculado ao setor de imprensa e publicação do PORT. Embora fosse uma pequena equipe, era bastante atuante no meio operário, estudantil, entre intelectuais e artistas. Além de registrar uma ação intensa no movimento camponês do nordeste, junto às Ligas Camponesas, onde, também, outro dirigente do PORT também foi assassinado – o camarada Jeremias, em Pernambuco.

Era uma imprensa com uma produção intensa, diversificada e numerosa; precisa; e audaciosa, para a época; abordando vários temas das condições do país e do mundo. Publicava, também, textos do dirigente da 4ª Internacional, J. Posadas, sobre temas culturais e científicos; sobre o papel da arte, da música, e em questões que envolvem aspectos culturais, relevantes para a compreensão e absorção do modo de vida do ser militante e socialista; ajustando e complementando a prática à teoria, da vida militante revolucionária socialista.

Grande parte dessas publicações, no período de Rio Osvaldo, foi realizada em condições clandestinas, sob risco extremo; mas que continham transparência de interesse público; de combate do domínio imperialista; circulando nos meios da esquerda – dos intelectuais e militantes nacionalistas e progressistas; do clero; dos sindicatos urbanos e camponeses; estudantes; e dos deputados mais atuantes.

Durante a ditadura, por várias vezes Rui Marcos atravessava várias fronteiras limítrofes do Brasil – principalmente com o Uruguai e Argentina – para entregar, pessoalmente, as ideias, no jornal ‘Frente Operária’, ao nacionalista Brizola, e tantos outros exilados.

Ouso afirmar que, no futuro, historiadores haverão de pesquisar e reeditar preciosas publicações para as ‘gerações futuras’, como dizia Rui; como dizia Marx, já, que servirão para assimilar, compreender e se utilizar do seu conteúdo político.

Mais do que um ajuste pelo reconhecimento daquelas ideias, sua audácia política ultrapassava o intuito de derrubar a ditadura; mas de elevar as condições de construir um verdadeiro Estado revolucionário, em direção ao socialismo, exemplificando experiências mundiais bem sucedidas. Para solucionar problemas que, o sistema capitalista vigente, é incapaz de resolver.

E esses textos, de Rui, de Marcos e que seus camaradas escreviam, publicavam e divulgavam, havia preocupação, constante, por construir a confiança no futuro socialista da humanidade.

Essas publicações, para as quais Rui trabalhava diretamente, escrevendo ou editando, traziam a análise marxista sobre o processo revolucionário mundial. A luta do povo do Vietnã contra o imperialismo ianque; sobre os desafios do Governo socialista de Salvador Allende, no Chile; sobre o processo nacionalista revolucionário de governo – Alvarado – no Peru; do avanço da revolução em Cuba; e a função da União Soviética. Esses eram temas que sempre suscitavam forte interesse e debate, na vanguarda operária; estudantil; entre os setores populares da igreja; os intelectuais.

A Revolução Cubana foi um dos temas que provocou diferenças entre o trotskismo; com os trotskistas latino-americanos defendendo, energicamente, o processo revolucionário da ilha caribenha; ao passo que setores trotskistas da Europa já haviam se transformado, meramente, em movimento anti-URSS; anti-União Soviética; Mais do que anti-Stalin, punham dúvida sobre o caráter revolucionário do movimento liderado por Fidel Castro e Che Guevara.

O jornal 'Frente Operária' desenvolveu intensa campanha de defesa à Revolução Cubana. Assim como o papel progressista, de correntes militares nacionalistas e anti-imperialistas, que estavam promovendo importantes transformações no Peru ou no Panamá, sob direção do general Omar Torrijos; do processo revolucionário da Líbia, dirigido por Muammar Kadafi; e, mais tarde, episódio que nem Rui, nem Olavo Hansen chegaram a ver – embora previssem; defendessem o sentido histórico – o processo da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, em Portugal; sobre o movimento das Forças Armadas.

Defesa da função histórica da URSS era o tema permanente, em qualquer conversação política, com Rui Osvaldo Pfützenreuter. Das correntes trotskistas, apenas os trotskistas posadistas fizeram, sistematicamente, a diferenciação entre o que era

degeneração da direção política da URSS, e sua função progressista, objetiva, na defesa da sustentação da revolução em Cuba; no Vietnã; dos movimentos de libertação da África – com o apoio ao MPLA, em Angola, e à Frelimo, em Moçambique –; da OLP; a defesa dialética do movimento do general Nasser, no Egito.

Eram argumentos que Rui desenvolvia, também, com o intuito de demonstrar o papel progressista da URSS, apesar das limitações burocráticas de sua direção; pois, naquele período, os soviéticos ampliavam sua presença e cooperação no Oriente Médio – seja o apoio a Nasser, como a Arafat, também, e a Kadafi. Apoio político, econômico; mas, também, militar.

Rui não teve tempo de ver, mas a função revolucionária de Cuba, tão intensamente defendida por ele e pelos posadistas, veio a ser comprovada, uma vez mais, alguns anos mais tarde, por meio de um acontecimento formidável – por solicitação de Agostinho Neto, presidente de Angola, Cuba envia para a África 350 mil combatentes que foram capazes, junto com soldados angolanos e namíbios, de derrotar e expulsar o Exército da África do Sul, dos territórios que havia invadido. Tal epopeia motivou Nelson Mandela a declarar: ‘A humanidade deve o fim do regime do apartheid, a Cuba’.

Era essa a função revolucionária de Cuba e da URSS, tão defendida por Rui em seus escritos, seus artigos, suas conferências, suas intervenções; em toda sua militância trotskista posadista. Tais temas não eram de compreensão simples, nem unânime, no meio das esquerdas. Mas eram defendidas, com grande habilidade e profundidade argumentativa, por Rui e as equipes militantes trotskistas posadistas, que atuavam nos sindicatos; no movimento estudantil; nos núcleos de intelectuais; sempre buscando formatar a construção de uma frente única – anti-imperialista e por liberdades democráticas – para derrubar a ditadura.

Rui e os posadistas argumentavam sobre a completa impropriedade, falta de condições históricas, para qualquer opção pela luta armada naquele momento, no Brasil, no enfrentamento à ditadura. Sustentando que ações armadas isoladas, sem base e vinculação nos movimentos de massa, seriam utilizadas pela ditadura para justificar uma Repressão ainda mais intensa, isolando diversos segmentos da esquerda do conjunto das forças progressistas, especialmente dos sindicatos e dos setores democráticos, separando-os entre si, no intuito de prolongar as medidas repressivas.

Tema de especial prioridade na militância de Rui, do PORT e dos simpatizantes posadistas, era a defesa sistemática da necessidade de formação de um partido operário baseado nos sindicatos, o POBS, como ficou conhecido...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Como é mesmo o nome?

O SR. ROGÉRIO PFÜTZENREUTER – POBS – Partido Operário Baseado nos Sindicatos; como forma de centralizar a classe operária, dar-lhe um centro político, viabilizar a sua comunicação com os outros setores progressistas da sociedade, até então sem unidade política.

Os processos revolucionários se multiplicavam no mundo. Os EUA eram derrotados no Vietnã. Estala a Revolução dos Cravos; mais tarde, a Revolução Sandinista, na Nicarágua; e a Revolução Iraniana.

Rui e Olavo já tinham sido assassinados; mas as ideias, pelas quais lutavam, estavam sendo assumidas por milhões de lutadores sociais; por povos inteiros. E, assim que vimos nascer o PT, no Brasil, como base, exatamente, nos sindicatos. E Rui e Olavo Hansen, estavam dois abnegados militantes, pela construção de um partido formado por operários. Argumentaram, anos a fio, em defesa dessa palavra de ordem – o POBS – exatamente na região operária de São Paulo e do ABC. Não puderam ver quando, depois, várias experiências de greves, que eletrizaram todo o país e o mundo, debilitando ainda mais a ditadura. Uma corrente operária – liderada por Lula – convoca a formação do Partido dos Trabalhadores; o que nos faz lembrar uma canção revolucionária, do espanhol La Bordeta, que, em certo momento, diz: ‘Também será possível, que essa maravilhosa manhã, nem tu, nem eu, nem aquele outro, a chegamos a ver. Mas há quem empurrá-la, para que possa ser’.

Hoje, 30 anos depois do nascimento do PT, seguimos a mesma luta de Rui Osvaldo, defendendo, permanentemente, a sua construção; colaborando para que supere suas dificuldades; mas, o PT já tem conquistas a exhibir. Redução do desemprego; o impulso à ampliação do emprego com carteira assinada; o aumento do salário mínimo; os programas sociais, que reduziram a miséria extrema e a fome; a reconstrução da indústria naval; uma

política externa progressista – como o apoio à integração da América Latina; o apoio a Cuba e à Venezuela – são partes importantes do programa, do PT, já aplicados.

Evidentemente, o PT tem apenas parcelas de poder; não tem o controle pleno do Estado; não tem maioria; é obrigado a governar em composição com outras forças; mas, mesmo assim, já começou a fazer o Brasil mudar. Ainda falta muito. Falta a reforma agrária; a estatização dos setores importantes da economia; a eliminação total do analfabetismo, e das favelas.

Mas o PT, que enfrenta provas difíceis, conta com o apoio fundamental dos trabalhadores; de intelectuais; e de movimentos progressistas, para superar os desafios, que são colocados para impedir sua caminhada em direção a uma transformação social profunda, no Brasil. Nasceu baseado no sindicato; e é uma força, decisiva, na transformação do Brasil, hoje.

Uma conclusão, que deixo aqui, é a de que Rui Osvaldo foi eliminado porque possuía importantes ideias – ideias, essas, que não serviam ao sistema. Ideias perigosas para o sistema capitalista; que, por isso, teve que eliminá-lo. Não foi possível aceitá-lo discutindo ou dialogando. Não foi possível cooptá-lo; não foi possível intimidá-lo; não foi possível domesticá-lo; ou corrompê-lo. Tinham que matá-lo. Essa Comissão da Verdade merece ser apoiada por todos os setores sociais interessados na verdade e na justiça.

Deve apurar, e responsabilizar, quem era o médico legista Isaac Abramovitch, que assina o laudo falso e criminoso. Deve apurar quem eram os funcionários e carrascos que estavam naquele dia, 15 de abril de 1972, na OBAN; pois são, todos eles, responsáveis pelo bárbaro e covarde assassinato de Rui; é mentira que ele tivesse trocado tiros com agentes da Repressão.

Os documentos provam que o PORT e os posadistas opunham-se; e argumentavam contra a opção por ações armadas, por parte da esquerda, naquele momento da história. Duas palavras de ordem, naquele momento, eram: frente única anti-imperialista, e por liberdades democráticas; convocando operários, estudantes, intelectuais, cristãos progressistas, militares nacionalistas e democráticos, para derrubar a ditadura. E, também, pela maior formulação de um partido baseado nos sindicatos.

Não existiam condições de ações armadas contra a ditadura; e, essa, se aproveitou de algumas ações para justificar o endurecimento da Repressão e seu prolongamento. Rui

não estava armado. A orientação política do PORT era, exatamente, oposta. Portanto, não passa de grosseira mentira, a versão da ditadura de que Rui foi morto em troca de tiros com agentes. Foi morto sob tortura; assim como Olavo Hansen. Aliás, em suas raras visitas à família, sabendo do risco de vir a ser preso, Rui sempre dizia ao nosso pai: ‘Eu não uso armas. Se eu for preso, um dia, não encontrarão comigo nem um canivete; será mentira, se disserem que eu estava armado, ou que reagi’.

Entendemos que essa Comissão da Verdade – convocada pela presidente Dilma Rousseff, que conseguiu sobreviver ao martírio da tortura; e continua na luta – tem a responsabilidade de apurar as razões não só da morte; mas porque de tanto ódio e sangue, nesse país.

A quem isto sirva de alerta, para outras tentativas de violações que, comumente, acontecem diariamente em nosso Brasil, e na América Latina, não voltem a ocorrer nunca mais. Aqui do lado, há alguns anos, na Venezuela, o líder Hugo Chávez para manter-se no poder, legitimamente conquistado pelo voto popular, teve que enfrentar golpes de todo tipo; e, para isso, teve que criar uma legião de forças, por meio de uma aliança civil e militar, para continuar seu projeto revolucionário de transformações populares.

Finalizo, agradecendo em nome da família, essa oportunidade de preservação da memória de nosso irmão. Digo, ainda, que esse depoimento confirma a ideia de Rui Osvaldo, dados os conflitos crescentes entre Brasil e os Estados Unidos – somos espionados e grampeados; ou seja, ainda estamos em situação defensiva perante o império ianque. Nessa correlação de forças, onde ainda precisamos nos preparar, organizadamente, como país, como povo, e como nação, para alcançar a conquista plena de nossa soberania.

A ditadura enterrou, como indigente, no cemitério de Perus; outro, de seus crimes, que merece punição. E, semanas depois, entregou o corpo à família e sua terra natal para novo sepultamento; a finalidade macabra, dessa manobra repugnante, era para esconder, no tempo, as marcas das torturas praticadas. A ditadura nunca respondeu à carta de nosso pai – que nosso pai enviou ao general Emílio Garrastazu Médici, então presidente ilegítimo, e que foi divulgada, mundialmente, por meio de campanha feita pela 4ª Internacional. E, também, o Congresso Nacional, pelo deputado Nadir Rossetti, exigindo nada mais do que toda a verdade. Entrego cópia dessa carta a essa combativa Comissão da Verdade.

Deixamos também, com essa Comissão, fotografias da ossada de Rui Osvaldo, onde se revelam os ossos quebrados, provavelmente, por sua resistência à tortura até a morte; mas o conteúdo de sua vida, sua luta, sua história e suas ideias, não morrem. Nada disso fica lacrado naquele caixão de zinco, em que o corpo foi entregue à família, com a proibição de abri-lo – no que a tortura se estende à família, multiplicando a dor e o sofrimento. As ideias sobrevivem; caminham; não se lacram em caixões de zinco. Torna-se cada vez mais necessário estudá-las, conhecê-las e divulgá-las, apesar do tempo transcorrido; pois são, claramente, aplicáveis e necessárias ao progresso da humanidade para construção do socialismo.

Para terminar, assumo o compromisso de levar adiante as ideias de nosso querido irmão Rui Osvaldo, com o dever moral de preservar, e tornar sua obra, e a de seus companheiros, como um bem público.

Encerro, citando duas frases extraídas do seu diário. Frases do Rui: ‘Deixo aqui lavrada, a minha profissão de fé marxista; o meu propósito revolucionário, sustentado dentro do trotskismo. De minha luta, de minha integração total; consciente de minha ação pelo progresso, pelo socialismo. E sei dos riscos e dos perigos; mas sei, também, que embora me eliminem fisicamente, jamais poderão varrer a minha contribuição; derrubar toda a valiosa herança que deixo à humanidade’.

Homenageamos, também, memórias de militantes revolucionários do PORT, também assassinados pela ditadura – Olavo Hansen, o Alfredo; Paulo Roberto Pinto, o Jeremias; Sidney Fix Marques dos Santos, o Lalo.”

Muito obrigado, senhor presidente, e à Comissão da Verdade de São Paulo; e todos os seus assessores incansáveis, aqui, prestigiando esse depoimento. Estamos à disposição, para futuras necessárias documentações, e o que for preciso. Muito grato, pela família. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu queria agradecer a presença de todos, e dizer o seguinte: outro dia, na Avenida Paulista, no dia 10 – que antecedeu o ato das centrais sindicais – dia 10 de julho, uma organização de extrema Direita, OCC, fez uma manifestação no MASP, e desceu até aqui, o quartel do 2º Exército;

fez uma manifestação aqui, na porta do quartel, pedindo a volta da ditadura; ou que os militares tomassem o poder, de novo, e expulsassem os comunistas do país.

E, no domingo, a “Folha de São Paulo” fez uma matéria no seu caderno “Cotidiano”, de como a rede “Anônimos”, nas últimas manifestações – uma rede com sede nos EUA – organizou toda a rede social, em busca de botar gente na rua, e criar um estado de calamidade no país. Isso não quer dizer que não tiveram outros setores sociais, progressistas, que foram para a rua exigir mudanças e reformas, e coisas mais avançadas, até na direção do socialismo.

Mas, a questão que nos une, aqui na Comissão da Verdade, nos diversos grupos de memória política no país, é a questão da interpretação da Lei da Anistia. Existe uma questão, no Brasil, que diz que os crimes da ditadura não devem ser apurados, não podem ser apurados, e que nenhuma questão, nesse sentido, pode ser levantada. Existe, hoje, uma crise pública, na Comissão Nacional da Verdade, em que a Comissão Nacional da Verdade rachou.

E onde está o racha? O racha é: devemos abrir uma fase de consulta, ao povo brasileiro, para ver se vai haver punição aos torturadores, ou se vai haver o silêncio perpétuo. Então, hoje, o Brasil está dividido nesses dois hemisférios. Um grupo, que acha que tudo que foi feito tem que ser esquecido; e, outro, que acha que os crimes têm que ser apurados, para que eles não possam ser repetidos – como na Argentina, e em outros países. Então, você vê, nós estamos em julho de 2013, a alguns meses do Golpe dado, no Brasil, há 50 anos; e essa dúvida ainda persiste. Os militares, os torturadores, e aqueles que financiaram o Golpe, continuam dizendo: “Quem manda, no Brasil, somos nós”.

Então, eu admiro vocês, lá de Santa Catarina, e, agora, em Curitiba, continuarem a resistir, a organizar; espero que vocês deem um apoio, lá, para o pessoal da Comissão da Verdade de Santa Catarina, a Derlei. E foi importantíssima essa audiência de hoje. Importantíssima.

Aqueles que acham que a ditadura acabou, e que a democracia está devidamente sacramentada no país, podem ter grandes sustos e decepções. O aparelho de Estado repressivo está intacto; a espionagem está intacta – agora, com essas revelações de espionagem internacionais; essa coisa toda.

Então, para que fatos como esse não venham a ocorrer, nós estamos trabalhando essa questão da memória política, da verdade e da justiça. Então, espero que vocês, ao trazerem essa enorme contribuição para São Paulo – o Rui, que tem o nome do tio – pelas novas gerações, pelos familiares, continue essa luta.

E agradecer, aos companheiros do PORT, pela organização dessa audiência; pela solidariedade. E a luta continua, companheiros. Não podemos deixar de lutar, de enfrentá-los; porque o sistema capitalista é voraz; e, diante dessas crises econômicas internacionais, eles não vão querer só as jazidas do pré-sal; eles vão querer o sangue do povo brasileiro.

Queria agradecer, em particular, à sra. – que veio aqui; fez esse depoimento belíssimo, humano; eu entendo, perfeitamente, o que a sra. disse; como era difícil alugar uma casa, naquela época, que precisava ter um fiador; e o risco que isso representava. A sra., e o seu marido, foram parar na OBAN; mas só o fato da Sra. estar aqui, hoje, é uma coisa muito importante. Muito importante. Olha que beleza. Por isso que eles não vão vencer. Nós haveremos de esclarecer as circunstâncias da morte; em que ocorreram a morte do Rui – quem o assassinou, em que condições.

A SRA. ÉLIA MICHELAZZO BRANDIMILLER – Eu conheci o pai do Hansen. Ele era de Santo André; e ele tinha uma gráfica em Santo André. E ele nos procurou por intermédio de amigos nossos, que os trouxeram até nossa casa. E eu assisti à dor; presenciei junto com ele. Ele falar: “Meu filho, era uma pessoa que não merecia isso”.

E contou que ele tinha sido torturado até quase morrer; e que foi jogado dentro de uma ambulância, onde havia uma sra. que era costureira de uma – facção? O que era? Não sei – que ela costurava os uniformes para uma guerrilha, que eu não me lembro, agora no momento; e ela foi presa; mas ela tinha uma bronquite muito forte, e eles ficaram com medo que ela viesse a falecer ali. Então, puseram ela em uma ambulância; e aproveitaram, e jogaram quase o cadáver, também, do Hansen ali; e ela pegou ele assim, levantou e ele debruçou no colo dela. E ela perguntou para ele o que ele tinha feito, e ele disse: “Eu não fiz nada; eu sou inocente. Eu sou inocente”.

E, o quase cadáver, foi feito autópsia no Hospital das Clínicas, que essa ambulância levou, ele, para lá. E foi feita a autópsia e ele tinha todos os rins moídos, de chutes, de torturas de coisas. Muito triste, não é. O pai nos contou esse fato; o pai dele.

E aí, então, meu filho fazia, na época – ele estava para se formar, e era residente, lá do Hospital das Clínicas – porque ele já fazia residência e quase formado; então, ele tinha também um trabalho, que ele trabalhava lá, também, e ele foi do centro acadêmico; ele formou-se pela USP.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Aquele seu filho que, depois, foi preso? Como era o nome dele?

A SRA. ÉLIA MICHELAZZO BRANDIMILLER – Isso. Primo Alfredo Brandimiller. E aí, então, ele presenciou tudo; e, um dos médicos que fez se recusou a fazer a denúncia; e ele foi para o Rio de Janeiro e fez a denúncia, porque estava vindo uma coisa dos direitos humanos no Rio; e ele foi para lá, e fez essa denúncia. Aí ele foi preso, também, e foi lá para as ilhas; eu nem me lembro, mais, o nome; hoje, já me falha, um pouco, a memória.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E ele é médico, ainda?

A SRA. ÉLIA MICHELAZZO BRANDIMILLER – É. E, aí, ele casou e foi para o Chile; ele foi para o Chile, e ele tinha participação, lá, do trabalho. Ele foi para as minas de cobre. E depois, então, depois do assassinato do Allende, eles conseguiram ir para a França, no asilo político; e lá, ficou por sete anos. E, depois, com a anistia de Figueiredo, ele retornou para o Brasil. Ele e a esposa, um filho, que, também, já tinha nascido. Que ela estava grávida quando eles foram. É uma história muito longa; estou sintetizando um pouquinho.

Mas, o que fizeram com o Hansen, foi muito cruel. Foi cruel. Tanto que meu filho, o primeiro filho que ele teve, ele pôs o nome de Luiz Olavo, em homenagem a ele. Ele nasceu em Chile.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ótimo depoimento. Vamos lá. Acho que atingimos toda a nossa capacidade de aguentar dor. Vamos lá. Muito obrigado. Muito obrigado.

A Sessão está encerrada. Obrigado.

* * *